



GEIZIANA DAS DORES NUNES DA SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO
EM MINAS GERAIS: O CASO DO CIRCUITO VALE VERDE E
QUEDAS D'ÁGUA**

**LAVRAS-MG
2017**

GEIZIANA DAS DORES NUNES DA SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM MINAS GERAIS:
O CASO DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'ÁGUA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Prof^ª. Dra. Wânia Rezende Silva

Coorientadora

Prof^ª. Dra. Sabrina Soares da Silva

**LAVRAS-MG
2017**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Silva, Geiziana das Dores Nunes da.

Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas

Gerais: O caso do Circuito Vale Verde e Quedas D'água / Geiziana
das Dores Nunes da Silva. - 2017.

84 p. : il.

Orientador(a): Wânia Rezende Silva.

Coorientador(a): Sabrina Soares da Silva.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. Regionalização do Turismo. 2. Circuitos Turísticos Mineiros.
3. Associativismo. I. Silva, Wânia Rezende. II. Silva, Sabrina
Soares da. III. Título.

GEIZIANA DAS DORES NUNES DA SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM MINAS GERAIS:
O CASO DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'ÁGUA**

**PUBLIC POLICY REGIONALIZATION OF TOURISM IN MINAS GERAIS: THE
CASE OF THE VALE VERDE CIRCUIT AND WATER FALLS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 23 de maio de 2017.

Prof^ª. Dra. Luciana Pinheiro Viegas

Prof^ª. Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira

UNEMAT

UFLA

Orientadora

Prof^ª. Dra. Wânia Rezende Silva

Coorientadora

Prof^ª. Dra. Sabrina Soares da Silva

LAVRAS-MG

2017

Em especial aos meus pais Francisco Junior e Maria Uzete, pelo amor, paciência, compreensão, esforço incondicional e que com simplicidade e humildade me ensinaram que o estudo é o bem mais precioso que poderiam me deixar.

Aos meus irmãos, Diana Suzete e Emanuel Júnior, pela amizade, carinho e encorajamento.

Aos meus avós, que me motivam a estudar, pois não tiveram muitas oportunidades de estudos.

A todas as mulheres que não tiveram oportunidades de estudar.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Este tópico tem um caráter formal, no entanto, achei apropriado fazer alguns esclarecimentos sobre a natureza destas relações que foram se construindo durante todo o processo de desenvolvimento da dissertação e ao longo do mestrado.

A Deus, que na procura de meu ideal percorri veredas com passos tímidos e inseguros e Ele com sua grandiosidade me fez substituir aos poucos a incerteza pela segurança e o medo pela vitória. Agradeço pelo que me tornei, sem Tuas forças certamente não teria chegado até aqui. Obrigada, por sempre estar presente em minhas decisões, dando-me forças para superar minhas limitações e os desafios impostos pela vida no decorrer destes três anos. Essa é mais uma importante etapa que completo, na verdade é um sonho que realizei. Não é apenas uma meta cumprida para um novo momento na minha vida pessoal e profissional, quero aqui expressar os meus agradecimentos àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que essa importante conquista fosse alcançada.

À minha Família principalmente, pela credibilidade, confiança e pelo apoio dedicado ao longo de anos. Em especial minha mãe, Maria Uzete da Silva Nunes, mulher guerreira, exemplo de mãe e pedagoga, ao meu pai, Francisco Junior Nunes, exemplo forte de honestidade, perseverança, um humilde eletricitista que me ensinou que não importa o que eu faça, mas faça com amor, qualidade e dedicação. À minha irmã, Diana Suzete Nunes da Silva, valeu maninha, aqui estou terminando mais esta etapa, você foi parceira ao me incentivar, primeiro a vir estudar aqui, depois nas longas horas de estudo, nas longas filas de espera na UPA de Lavras, e não foram poucas às vezes, nos almoços no RU, nos diálogos sobre nossa função na pós-graduação e como docentes, enfim tudo isso e muito mais. Ao meu irmão, Emanuel Junior da Silva Nunes, além do incentivo, mesmo com a distância me socorreu em diversos momentos que foram necessários. Minha Família é meu porto seguro, sem eles tudo seria muito mais difícil.

Às diversas pessoas que se envolveram e contribuíram, antes de tudo, com meu processo de construção, desconstrução, reconstrução e empoderamento, para que eu continuasse a enfrentar todos os aspectos de aprendizagem que o mestrado pode representar: retomar o hábito de muitas leituras com os muitos artigos das disciplinas, melhorar minha capacidade de análise e desenvolver, cada vez mais, meu modo de argumentação e articulação de ideias, perder o medo de entrar numa sala de aula como docente no Ensino Superior (oportunizado em meu estágio de docência e como docente voluntária).

Agradeço à minha orientadora, Wânia Rezende Silva, pela orientação e contribuições ao longo desse processo de construção do TCC.

Com especial carinho e afeto agradeço à minha Coorientadora, Sabrina Soares da Silva, com muita estima sempre muito calorosa ao me receber, sendo como uma Mãe sabendo me cobrar e ensinar, pela oportunidade do Estágio de docência, dos diálogos ao longo do curso, por todos os livros emprestados, pela amizade e parcerias externas ao mundo universitário.

Aos membros de minha banca, Professora Viviane Santos Pereira pelas contribuições na qualificação, pela oportunidade de cursar disciplina isolada em 2014 e aprendizados compartilhados no GEDIM (Grupo de Pesquisa e Extensão em Gênero, Diversidade e Movimento).

À Professora Luciana Pinheiro Viegas, obrigada por participar e enriquecer minha pesquisa com suas valiosas contribuições.

À minha Professora e querida amiga Maria de Lourdes Souza Oliveira, carinhosamente chamada de Maroca, por me oportunizar a matrícula de disciplina isolada em 2014, quando tudo na pós-graduação ainda era muito novo e duvidoso para mim. Pelo convite e aprendizados no GEDIM. Pela oportunidade de eu lhe acompanhar no estágio voluntário em 2016, em suas últimas aulas nas turmas da graduação antes de se aposentar. Pelos diálogos incansáveis em sua sala, sabia problematizar minhas diversas dúvidas sobre tudo, risos. Por sempre estar disponível mesmo distante, para atender minhas ligações e me orientar com muito carinho sobre minhas dúvidas ao longo desses processos confusos pelos quais passei.

À Professora Jacqueline Magalhães Alves, do Departamento de Educação, obrigada pelos ensinamentos, pelos diálogos extra sala, pelo acolhimento e pelo olhar e amiga.

Ao Professor Thiago Assis pela tutoria, orientações e diálogos na minha docência voluntária na disciplina de Fundamentos de Extensão.

Em nome da Rosemeire Aparecida Oliveira, carinhosamente chamada de Rose, agradeço a todos os membros do GEDIM, foram momentos valiosos e singulares que muito contribuíram para minha formação humana e profissional. Ao Luís Fernando Silva Andrade companheiro no grupo, na docência voluntária e parceiro para compartilhar muito de seus conhecimentos.

Agradeço à Médica neurologista Francesca e à Psicóloga Valéria, que contribuíram no tratamento das minhas enxaquecas, desmaios, crises de ansiedade, pânico e passar por uma série de sentimentos do tipo “não vou dar conta de terminar”.

Recebi muitos afetos e inesperados aconchegos. Os apoios vieram de lugares e pessoas, às vezes, imprevisíveis, algumas já bem conhecidas e amigas ou amigos, outras nem tanto, com quem me relacionei virtualmente, pois a maioria das minhas amigas e amigos reside em outros estados ou países, mas que me apoiaram de uma forma fundamental. Outras ainda se tornaram mais próximas durante o curso, como é o caso das professoras e professores do PPGDE.

Gratidão à Flávia, secretária do PPGDE pelo excelente trabalho e por sempre estar disponível para eu sanar minhas dúvidas, à Deila e aos demais funcionários que tanto contribuem para que a Universidade funcione.

Aos entrevistados da Associação, e por terem disponibilidade para conceder as entrevistas e por disponibilizarem os documentos.

Aos amigos de Alta Floresta, que mesmo distante sempre me motivaram em especial, são pessoas que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma. São eles minhas outras famílias e amigos, Alan, Wilton, Juliete, Lucirene, Cleverson, Johannes e Henrique Cripa.

Às amigas e colegas de Lavras, em especial Ana Rezende, Cynthia Oliveira, Flora Antônia Soares, Fernanda Carvalho, Catarina Dallapicula, Júlia Moretto Amancio, Larissa do Vale, Roberta Araújo, Gabriela Abreu, Lauren Louissa, Camila Pugin, Maria Fernanda, Buba e Alissa Albuquerque. Enfim todas as companheiras de luta que estiveram em algum momento ao meu lado durante essa trajetória. Aos demais anjos amigos da UFLA, que foram surgindo e são muitos, sintam minha gratidão pelas boas conversas e excelentes oportunidades vivenciadas.

Meus colegas e amigos que conheci na primeira turma do PPGDE: Flora, Aloísia, Raphaela e sua filha Liz, Thiago Magalhães e família. Aos meus colegas da segunda turma: Gabriela Duarte (PPGA), Douglas (PPGA), Aline amiga que muito contribuiu durante o curso, sendo mais que uma colega de turma, se tornou amiga, ao Rogério, Edina, Ademar, e demais colegas sou grata pelo apoio incondicional e pelas boas piadas que tanto me fizeram rir e amizades que surgiram, chegamos ao fim também, todo aprendizado é bem vindo, com o sofrimento também aprendemos ao longo do curso.

À Ana Júlia, bolsista no BIC Junior, que contribuiu durante as pesquisas do projeto.

À UFLA, pela bolsa institucional, pela oportunidade da docência voluntária e demais oportunidades.

À Preserva Jr, Empresa Júnior do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, em nome do Robson Delgado Ribeiro, pela oportunidade de participar do projeto de extensão e

coordenar as atividades de mobilização social do Plano Municipal de Saneamento Básico de Lavras-PMSB.

Enfim, agradecer a todos que fizeram parte de mais uma etapa da minha vida. O meu muito obrigado. E a todas as pessoas que participaram nesta construção de conhecimento e aprendizagem, meus sinceros agradecimentos.

“Por que queremos o desenvolvimento e de que forma? A resposta deve incluir a compreensão de que as vidas humanas são enriquecidas com mais liberdade. Em segundo lugar, como isso pode ser obtido? A liberdade de cada tipo tende a ajudar a realização de liberdade de outro tipo. Por exemplo, a capacidade – de liberdade – de ler e escrever, que é valiosa por si só e ajuda a progredir na capacidade de conseguir emprego e ganhar renda, também valiosos por si só. Nesse sentido, a liberdade não é apenas o final mais importante do desenvolvimento, é também o meio mais eficaz de desenvolvimento.”

Amartya Sen.

“Ser capaz de recomeçar sempre, de fazer, de reconstruir, de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente, de entender a vida como processo, como vir a ser [...] Não adianta saber ler e escrever se não souber ler e escrever o mundo.”

Paulo Freire.

“Os analfabetos do próximo século não são aqueles que não sabem ler ou escrever, mas aqueles que se recusam a aprender, reaprender e voltar a aprender”.

Alvin Toffler

RESUMO

POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM MINAS GERAIS: O CASO DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'ÁGUA

Este estudo teve como preocupação central a política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais, tendo como referência o caso da Associação turística do Circuito Vale Verde e Quedas D'Água. Objetivou-se descrever e analisar os contextos da fundação e organização da Associação, analisar sua trajetória e funcionamento no contexto da política pública estadual regionalização do turismo, entre os anos de 2001 e 2016, discutir as interações da Associação com o poder público, outras instituições e sociedade, bem como os desafios enfrentados e resultados alcançados neste período. Para isso, foi feita uma análise qualitativa com abordagem exploratória em forma de estudo de caso e descritiva. As técnicas utilizadas foram análise documental e entrevistas. A Associação Turística do Circuito Vale Verde e Queda D'água foi criada no dia 19 de julho de 2001 no município de Lavras. Após a fundação houve um período de inatividade sem registros documentais, posteriormente em 2005 houve o retorno e registro das atividades. Observou-se que os maiores ganhos e atividades que tiveram maior intensidade estão ligados aos períodos em que houve uma gestão estadual com orientação de atividades mais técnica, com maior investimento financeiro para o setor. A pesquisa identificou que o fato de o Estado criar uma política pública e não dar amparo técnico, não garante a exequibilidade ou sucesso da mesma. Por fim, quanto à necessidade da política de turismo ser descentralizada e regionalizada entendeu-se que no contexto dos circuitos, no caso pesquisado, com todas as dificuldades práticas, ainda assim houve contribuições pontuais ao longo dos 15 anos de existência da associação.

Palavras chave: Regionalização do Turismo, Circuitos Turísticos Mineiros, Associativismo, Circuito Vale Verde e Quedas D'Água.

ABSTRACT

PUBLIC POLICY REGIONALIZATION OF TOURISM IN MINAS GERAIS: THE CASE OF THE VALE VERDE CIRCUIT AND WATER FALLS

This study had as a central concern the public policy of tourism regionalization in Minas Gerais, taking as reference the case of the Tourist Association of the Vale Verde and Quedas D'Água circuit. The objective of this study was to describe and analyze the contexts of the foundation and organization of the Association, to analyze its trajectory and operation in the context of the state's public policy regionalization of tourism, in the Association between 2001 and 2016, to discuss the interactions of the Association with the public power, other institutions and society, as well as the challenges faced and results achieved in this period. For this, a qualitative analysis with exploratory approach was done in the form of descriptive and case study. The techniques used were documental analysis and interviews. The Tourist Association of the Vale Verde and Quedas D'Água circuit was created on July 19, 2001 in the municipality of Lavras. After the foundation there was a period of inactivity without documentary records, later in 2005 there was the return and records of the activities. It was observed that the highest gains and activities that had the greatest intensity are related to the periods in which there was a state management with orientation of more technical activities, with greater financial investment for the sector. The research identified that the fact that the State creates a public policy and doesn't give technical support, doesn't guarantee the feasibility or success of it. Finally, as to the need for tourism policy to be decentralized and regionalized, it was understood that in the context of the circuits, in the case studied, with all practical difficulties, there were nevertheless occasional contributions over the 15 years of the association's existence.

Key words: Regionalization of Tourism, Mineiros Tourist Circuits, Associativism, Circuito Vale Verde and Quedas D'Água.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Sistema do Turismo.	27
Figura 2 Competências do poder público e iniciativa privada no Turismo.....	30
Figura 3 Regionalização: Modelo para gestão no Turismo.....	31
Figura 4 Mapa de localização dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais	46
Figura 5 Mapa de localização dos Municípios do Circuito Vale Verde e Quedas D'Água em Minas Gerais, Brasil.	47
Quadro 1 - Características dos municípios associados ao Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D' Água	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Reflexões acerca do Conceito de Desenvolvimento.....	21
2.2	Descentralização e Políticas Públicas de Regionalização do Turismo: breve contextualização	25
2.3	Sustentabilidade e desenvolvimento: o olhar para os Circuitos Turísticos	32
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	42
3.1	Caracterização da Pesquisa.....	42
3.2	Coleta e análise de Dados	44
3.2.1	Pesquisa Documental	44
3.2.2	Entrevistas por pautas	45
3.2.3	Caracterização da localidade do estudo	45
4	POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O CASO DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUA	51
4.1	Contextos da fundação e organização.....	51
4.2	Trajetória e Funcionamento	58
4.3	Interações com o poder público, outras instituições e sociedade	66
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS.....	75
	APÊNDICE.....	83

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela atividade turística em diferentes localidades, regiões no Brasil e no mundo, cresce a cada dia e com isso aumentam as demandas por organização e planejamento dos locais turísticos e de Políticas Públicas que regulamentem e incentivem atuais e novos roteiros.

Existe uma demanda pelo inusitado e pelo convívio com o outro, inclusive com aqueles que vivem em áreas consideradas menos desenvolvidas, mas que detêm uma riqueza cultural, imaterial e peculiar, que podem se beneficiar por meio desta atividade. Dessa forma, a atividade turística contribui com intercâmbio entre pessoas de diferentes culturas e ainda colabora com a geração de emprego e renda (FORTUNATO, 2011).

Em resposta a esse cenário, surgem demandas por diferentes formas de organização e planejamento para os destinos turísticos. Uma dessas consiste no ordenamento territorial para a atividade turística de forma regionalizada. Essa é uma demanda não só brasileira, mas uma tendência mundial. Em meio ao complexo contexto econômico atual que muitos países têm passado, incluindo o Brasil, o setor de serviços ao qual se insere o turismo tem nessa atividade uma alternativa, com potencial para geração de renda e para, além disso, o bem estar social.

O turismo teve seu amparo legal na Constituição Federal Brasileira de 1988(CF/88), em seu artigo 180, no qual se atribuiu responsabilidades iguais como: promoção e incentivo como competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, para todos os níveis governamentais, como fator de desenvolvimento social e econômico. O patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, conjuntos urbanos e sítios, bem como suas respectivas proteções, também são de responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Distrito Federal, previstas também na Constituição, no art. 24, VII, e art. 216, I (BRASIL, 1988).

Contudo, a criação do Ministério do Turismo (MTUR) no Brasil ocorreu apenas em 2003 e foi um importante marco para regulamentação no setor, uma iniciativa que já havia demanda por diversas instituições do setor privado e por órgãos públicos estaduais e municipais. Até então, o turismo dividia espaço ministerial com áreas como cultura, comércio ou esportes. A partir de então, houve maior planejamento e organização das políticas públicas para o setor (BRASIL, 2009).

O MTUR também é responsável por organizar e capacitar profissionais para trabalhar com políticas de lazer e turismo. Sem qualificação e formação para o setor há dificuldade na responsabilidade social e ambiental, qualidade de serviços, planejamento estratégico, captação

de recursos e uso racional desses recursos (BRASIL, 2009). A capacitação profissional também se enquadra como oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

Desta forma, o histórico de interação governamental, no setor de turismo no Brasil é relativamente recente, pois tradicionalmente as políticas públicas com maior atenção e destinação de recursos financeiros são para as áreas de saúde, educação, agricultura, economia etc, isso ocorre até mesmo devido às condições econômicas e históricas do país.

Assim, como outros setores da administração pública, a atividade turística deve ser sustentada e regida por um planejamento técnico responsável, que aponte estratégias para alcançar o futuro desejado pelo conjunto de atores que representa a comunidade (MINAS GERAIS, 2014).

A trajetória da Política Nacional de Turismo com enfoque territorial teve início com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994. Sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o programa foi idealizado para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal. Posteriormente, houve a transição para o programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que permitiu a visualização das dificuldades da ação local e o entendimento de que, era necessário outro foco no planejamento da atividade e nas políticas públicas, sendo a partir de então o foco no conjunto de municípios que constituem e ampliam a cadeia produtiva do setor (BRASIL, 2013).

Inicialmente criou-se o Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil Rural, lançado pelo MTUR em 2003, teve como foco do planejamento governamental uma atuação regionalizada, que tem como escopo o planejamento descentralizado e compartilhado, com os municípios atuando de maneira complementar, tendo em vista o objetivo geral que é o desenvolvimento sustentável da atividade (BRASIL, 2013).

O processo da regionalização aplica um novo modelo de desenvolvimento do turismo no Brasil, que já era fortemente marcado pelo Plano de Municipalização do Turismo lançado em 1994, buscando a integração destes municípios, fortificando as regiões e criando Roteiros Turísticos. A base conceitual prevista no programa afirma que a regionalização exige novas estratégias de gestão de políticas públicas, inclusive a questão de que as regiões turísticas não precisam acompanhar a divisão administrativa do país, elas devem surgir por afinidade, seja cultural, ambiental ou outra semelhança turística (HENZ, 2009).

A premissa desse Programa, que foi considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, para

que repercutisse posteriormente, positivamente, nos resultados socioeconômicos dos territórios (BRASIL, 2013).

Esse Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, trouxe uma nova perspectiva da atividade turística por meio da gestão descentralizada, estruturada com flexibilidade, articulação e mobilização (BRASIL, 2009).

Desse modo, o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, se orienta com base nas seguintes diretrizes: Gestão Coordenada; Planejamento Integrado e Participativo; e Promoção e Apoio à Comercialização (BRASIL, 2007).

Assim, adotou-se região turística como espaço geográfico, com características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas em um mesmo território. A partir disso, iniciou-se o processo de identificação das regiões turísticas brasileiras. Com esse breve histórico, o turismo brasileiro conseguiu nos últimos anos ampliar o planejamento estratégico e político que conseqüentemente gerou qualificação profissional e expandiu a conscientização social para o setor de serviços (BRASIL, 2009).

De acordo com os estudos de Henz (2009), o planejamento regional é uma forma de minimizar alguns aspectos negativos que envolvem o território e a organização econômica, social, educacional, dentre outros aspectos de planejamento do espaço público. Para esta autora, pensar em planejamento regional do turismo significa entender o território como espaço e lugar de interação entre o ser humano e a natureza, e utilizá-lo como ferramenta para aglomerar destinos em uma região geográfica com características similares, formando agrupamentos, zonas, polos, circuitos ou roteiros turísticos.

A estratégia de regionalização trouxe uma perspectiva diferenciada para o turismo brasileiro, dentro da proposta de gestão participativa dos processos de estruturação, promoção e comercialização de roteiros turísticos (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Regionalizar não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade (BRASIL, 2003).

Em Minas Gerais, a partir do Decreto Estadual de número 43.321, de 08 de maio de 2003, houve a necessidade de ampliar a política estadual de turismo, em especial para incluir os Circuitos Turísticos no âmbito de Política de Estado, de normas de funcionamento para fins de reconhecimento e regulamentação.

Esse decreto estadual regulamenta que para a finalidade da política de turismo, serão reconhecidas as Associações dos Circuitos Turísticos, institucionalizados e com personalidade jurídica registrada em cartório, integradas pelos municípios com as características definidas.

Um Circuito Turístico é um tipo de organização social que representa uma associação que agrupa os municípios a ele pertencentes. Trata-se de uma associação juridicamente constituída, formada por, pelo menos, um representante de cada município participante. Essa associação tem direção própria realizada por eleição e é coordenada por um gestor contratado pela associação (SANTOS, 2004).

A criação do programa surgiu como marco na gestão participativa do turismo com foco no desenvolvimento regional, a partir desta, as diversas esferas (governamental, sociedade civil e setor privado) foram incentivadas a trabalhar em conjunto para a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável focada em base local (MINAS GERAIS, 2014).

Conforme a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR-MG), o Estado conta com 45 Circuitos certificados envolvendo todas as regiões de Minas Gerais e aproximadamente 450 municípios regionalizados (MINAS GERAIS, 2015).

O número de municípios participantes da Política de Regionalização do Turismo é dinâmico, conforme a formalização de inclusão ou exclusão desses junto a SETUR-MG, este último dado foi atualizado em março de 2015 por essa instituição.

Nesse contexto, esta dissertação trata do estudo de uma política estadual de regionalização do turismo no Estado de Minas Gerais. Selecionou-se a Associação Turística Circuito Vale Verde e Quedas D'Água. Considerada como a região dos vales verdes, das águas, das artes, das lendas, da farta gastronomia, das tradições e da mineiridade. Os municípios associados são: Bom Sucesso, Coqueiral, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Perdões, São Bento do Abade, São Thomé das Letras, Três Pontas e Varginha.

No intuito de compreender como surgiu a Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedas D'Água, o estudo norteou-se pelas seguintes questões: Como se deu sua trajetória no período de 2001 a 2016? Quais as interações com as diferentes instituições públicas, privadas e sociedade civil?

Dessa forma, o objetivo geral desse estudo é analisar a implantação e funcionamento da política pública de regionalização do turismo na Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedas D'água, situada no Estado de Minas Gerais. Esse objetivo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

1. Descrever e analisar os contextos da fundação e organização da Associação;
2. Analisar sua trajetória e funcionamento no contexto da política pública estadual de regionalização do turismo;
3. Discutir as interações da Associação com o poder público, outras instituições e sociedade, bem como os resultados alcançados entre 2001 e 2016;
4. Identificar e problematizar desafios enfrentados pela Associação na execução da política pública.

A justificativa para o presente estudo dá-se primeiramente porque apesar da Política Pública dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais existir desde 2003, muitos são os desafios e perspectivas a serem abordados e compreendidos, conforme levantamento realizado.

Verifica-se que existe uma lacuna nas pesquisas até então desenvolvidas, com base no referencial pesquisado, caracterizada pelas poucas discussões sobre o desenvolvimento regional integrado do turismo, o que remete a demanda por estudos que contribuam para melhor compreensão e problematização desta atividade também em nível local, já que são nos municípios que as Políticas Públicas são aplicadas.

Os dados gerados podem contribuir para uma melhor compreensão, avaliação e gestão da política de regionalização do turismo. Possibilita a oportunidade de sistematizar e ampliar o conhecimento acerca dos desafios vividos pelos gestores na gestão regional integrada de uma política pública estadual, servindo de aperfeiçoamento para os mesmos e para a elaboração de futuras políticas públicas.

Em levantamento realizado, junto à base do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (RIUFLA), localizaram-se 20 trabalhos com assunto Turismo. Desses, 13 são do Departamento de Administração e Economia (DAE) e 07 do departamento de Ciências Florestais (DCF). Dos 13 trabalhos realizados no DAE, 05 com o tema Circuitos Turísticos, 04 são dissertações e uma tese, sendo estes:

- 1- A institucionalização das políticas públicas de turismo em âmbito municipal no Brasil (PIMENTEL, 2011);
- 2- Circuitos turísticos de Minas Gerais: análise à luz de uma perspectiva relacional (KNUPP, 2010);
- 3- Potencial competitivo de circuito turístico: uma análise da Rota dos Tropeiros no centro-oeste de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2007);
- 4- Política de regionalização do turismo em Minas Gerais: uma análise sob a ótica dos custos de transação (GOMES, 2006).

5- A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental: caso São Roque de Minas, MG (SANTOS, 2004).

Para atender os objetivos foram realizados, análise qualitativa com abordagem exploratória em forma de estudo de caso e descritiva. As técnicas utilizadas foram análise documental e entrevistas.

Deste modo, esse estudo buscou contribuir com a produção de dados acadêmicos sobre o circuito Vale Verde e Quedas D'agua, com o aprofundamento de discussões, contando ainda com a percepção dos associados sobre potencialidades e dificuldades enfrentadas em cada município e pela região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Busca-se, nesse capítulo, apresentar e refletir brevemente sobre conceitos de desenvolvimento, descentralização e políticas públicas de regionalização do turismo e sustentabilidade, mostrando a relação e importância destes temas para atividade turística bem como para a sociedade e para o meio ambiente, destacando como estes podem contribuir para o planejamento e execução do setor.

2.1 Reflexões acerca do Conceito de Desenvolvimento

Diversos são os conceitos e teorias acerca do tema desenvolvimento. Dessa forma, emergiu a necessidade de realizar uma breve análise das diversas definições. Sobretudo, que abrangesse aspectos não apenas econômicos, mas também os ambientais, sociais, culturais e políticos, para que assim possam contribuir e fundamentar a construção das discussões posteriores, sem a pretensão de esgotar o tema.

Segundo Favareto (2007), várias visões distintas coexistem e disputam os significados da ideia de desenvolvimento, a mais usual é a definição dos manuais acadêmicos de economia onde desenvolvimento é sinônimo de crescimento. Conforme esse mesmo autor, outras definições são: a de mito, de ilusão ou argumento ideológico falseador. Mas a contribuição mais relevante do autor supracitado é sobre a necessidade de evitar o uso ingênuo do conceito.

Sachs (2008, p.13) faz distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico da seguinte forma:

Os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa.

O termo desenvolvimento é um conceito que pode se adaptar a diferentes interesses e com diferentes finalidades. No dicionário Houaiss da língua portuguesa (2009), por exemplo, sua acepção é amplamente diversificada e está definida como: ação ou efeito de desenvolver (-se), aumento da capacidade ou das possibilidades de algo, crescimento, progresso, evolução, prosseguimento, entre outros.

Uma relevante contribuição conceitual que apresenta mais aspectos positivos e diretos sobre o que é desenvolvimento é do professor indiano Amartya Sen, que recebeu o Prêmio

Nobel de Economia em 1998. Segundo Sen (2000), o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que restringem as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer livremente sua condição de ator social.

O que Sen (2000) denominou como privações de liberdade são: problemas novos convivendo com antigos, sendo eles: a persistência da pobreza, opressão, carência de oportunidades econômicas, violação de liberdade política, ameaças ao meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Para esse autor, torna-se necessário uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, que envolva um grande número de instituições e diversas condições de agente relacionadas de forma interativa. Fundamentando-se nesta análise integrada, pretende-se nesta pesquisa adotar o conceito de desenvolvimento com este amplo sentido adotado por SEN.

Favareto (2007) complementa o argumento de Sen ao dizer que, sentimentos como a solidariedade não podem ser desprezados em análises econômicas, sob pena de incompreensão do conjunto e da complexidade dos estímulos que regem o comportamento humano.

Leff (2002) dialoga com os estudos de Sen (2000), para ele apesar da pressão gerada a partir da Conferência Rio 92, as ações que vêm sendo realizadas em nome do desenvolvimento sustentável têm se mostrado até o momento imprecisas, fragmentadas e pouco capazes de fazer justiça à complexidade dos desafios práticos associados às questões ambientais como: justiça social, redução das desigualdades; crescimento econômico planejado, controlado; redução da degradação e conservação ambiental; usos e manejos conscientes e adequados dos recursos; participação efetiva da sociedade na tomada de decisões; e melhor relação dos seres humanos com a natureza.

Na obra de Fischer (2002, p.17) desenvolvimento foi definido como uma rede de conceitos que podem estar diretamente unificados como, atualmente, aos adjetivos “local, integrado e sustentável”. Para essa autora não é possível pensar no desenvolvimento local sem mencionar conceitos como pobreza e exclusão, participação e solidariedade, produção e competitividade, entre outros que se encaixam e reforçam-se mutuamente ou que se opõem frontalmente.

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme Sousa (2003), por não se apresentar como um conceito fechado, pode se adequar aos diversos interesses, pois cada grupo da sociedade pode estabelecer ações a serem colocadas em prática com base nos seus princípios norteadores.

Em 1986, Sachs formulou os princípios básicos da nova visão do conceito de desenvolvimento a partir do ecodesenvolvimento que tem como ideia central a integração entre desenvolvimento, meio ambiente e comunidades. Propondo que as políticas públicas levassem em consideração os limites de renovação dos recursos naturais.

Para o autor, os seis aspectos que deveriam guiar o desenvolvimento são: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito às culturas, e programas de educação.

De outra forma, o desenvolvimento tem sido historicamente, reduzido ao seu aspecto econômico, como o progresso ou o crescimento da produção de riquezas. Em décadas mais recentes, acrescentaram-se os aspectos social e humano à concepção de desenvolvimento, em contraponto prevaleceu, contudo, a aceitação de que sem crescimento econômico é impossível obter o bem estar social (SANTOS, 2004).

Nesse contexto, a complexidade do tema desenvolvimento ampliou-se e ultrapassou a questão de crescimento econômico e submergiu nas questões sociais e ambientais. A fraqueza da discussão econômica do processo de desenvolvimento não contempla disciplinas como antropologia e sociologia (KANBUR 2002 citado por VAN BELLEN, 2010, p.150).

Um dos resultados atuais desse aprofundamento é a avaliação do processo de desenvolvimento a partir de diferentes dimensões. As ideias do ecodesenvolvimento e o conceito de sustentabilidade acrescentaram ao conceito de desenvolvimento algumas dimensões que não eram normalmente observadas quando se pretendia avaliar este processo (VAN BELLEN, 2010, p.144).

Além disso, segundo Zimmermann et al. (2014, p.542), houveram também inovações institucionais e nas próprias políticas públicas, as quais passaram a desenvolver ações de forma mais colaborativa e a considerar os atores sociais como sujeitos importantes para o processo de enfrentamento das desigualdades sociais.

As pesquisas mais recentes têm apontado à importância de uma visão holística dentro de análises sociais, pois o homem, a sociedade e a natureza coexistem dentro de uma teia de inter-relações que não podem ser omitidas, mas sim consideradas e valorizadas (CARVALHO; RIOS, 2007, p.405).

O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural. Para esse autor, o contexto histórico que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e

sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria atrasada e exausta dos trabalhadores pobres (SACHS, 2008, p. 13).

Consequentemente, para o mesmo autor, os princípios da igualdade, equidade e solidariedade estão por assim dizer, inseridas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento seja diferente do economicismo redutor.

Esses princípios reforçam as fundamentações apontadas anteriormente por outros autores, essa problematização de que as dimensões sobre o conceito de desenvolvimento sejam expandidas se apoiam na compreensão sobre o que levar em consideração ao construir ou elaborar projetos de desenvolvimento.

Em outra abordagem, Fleury (2006) faz uma reflexão diferenciada sobre a perspectiva do desenvolvimento humano. Para esta autora, estudos fundamentados nas pesquisas de Amartya Sen foram de grande importância para mudar os rumos das discussões de desenvolvimento ultrapassando a perspectiva econômica para uma visão humanista, onde a condição de equidade seja aceitável.

No entanto, essa mesma autora sustenta que, o enfoque do desenvolvimento humano deve ser acrescido de uma perspectiva que inclua a construção do espaço público no centro do debate, ainda reforça sobre a:

Igualdade como um construto político, torna-se necessário adotar uma perspectiva relacional, que transcenda o âmbito do indivíduo que busca seu próprio bem-estar, a partir de seus impulsos e necessidades, para pensar o bem-estar como uma construção societária e institucional (FLEURY, 2006, p.69).

Para Coriolano (2012) desenvolvimento está associado à ideia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezaas. Para ela, o discurso do desenvolvimento compõe-se de uma rede de conceitos-chave tais como: riqueza-pobreza, produção-consumo, Estado-sociedade civil, igualdade-desigualdade, políticas público-privadas que precisam ser analisados juntos para se compreender o modelo de sociedade atual e o que se pode fazer para transformá-la. Dessa forma, a sociedade que inclui é a mesma que exclui, pois esse modelo de desenvolvimento é essencialmente contraditório e nesse contexto de desenvolvimento a atividade turística que tem como finalidade o lucro, muitas vezes não inclui a comunidade onde está inserida e acaba por não proporcionar condições de desenvolvimento da localidade e mesmo da região.

Assim sendo, é no mesmo sentido que Brasileiro (2012, p. 95) sustenta ao dizer que:

O turismo, desde a perspectiva de desenvolvimento apresenta-se como uma possibilidade para a tomada de consciência, dos turistas e autóctones, como agentes sociais. Os saberes, formas de pensar e sentir, modos de fazer que durante séculos de dominação ocidental, foram desconsiderados e desprezados, sinônimos de atraso sociocultural e econômico, é revalorizado por um novo modo de fazer e pensar o turismo. Nesse contexto, a educação tem um papel preponderante ao apreender que o desenvolvimento e o turismo têm por objetivo o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta da população num processo de transformação social.

No próximo tópico será abordado sobre descentralização e políticas públicas de turismo, buscando-se fazer uma introdução do conceito de descentralização das políticas públicas.

2.2 Descentralização e Políticas Públicas de Regionalização do Turismo: breve contextualização

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios brasileiros passaram a serem considerados entes federados, assumindo maiores competências, responsabilidades e, ainda, maior poder decisório, principalmente no que diz respeito à implementação das políticas sociais descentralizadas nas áreas de saúde, educação e assistência social, por exemplo (SILVA; LIMA; TEIXEIRA, 2012).

Dessa forma, houve mudanças na construção de políticas públicas brasileiras, que colaboraram de certa forma para um contexto de desenvolvimento social, econômico, político e ambiental, mais regionalizado, constituindo-se um marco nestas áreas. Contudo, apesar de os municípios terem de assumir tarefas antes desempenhadas pelos governos federal e estadual, muitos deles ainda não estavam preparados nem dispunham de recursos financeiros, humanos e materiais necessários para tal (SILVA; LIMA; TEIXEIRA, 2012).

As políticas públicas tratam do conteúdo concreto, do conteúdo simbólico de decisões políticas, do processo de construção e atuação dessas decisões. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, é uma orientação à atividade ou passividade de alguém, as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública (SECCHI, 2015).

Mesmo com o avanço da descentralização das Políticas Públicas, é sabido que, muitos municípios ainda hoje não estão preparados para operacionalizar e gerir os seus recursos

sozinhos, alguns por falta de capacitação dos recursos humanos, outros por falta de interesse dos gestores municipais.

De acordo com Knupp (2010, p.47):

A política brasileira segue uma tendência mundial, traçada por diversos países que têm a descentralização como uma forte diretriz que encaminha suas políticas específicas. Esse processo é encontrado em diversas políticas particulares, em que, para se obter um planejamento adequado das atividades em cada contexto específico da esfera pública, a forma descentralizada de ação torna-se uma corrente dominante. Portanto, políticas que, de certa forma, só tomaram corpo de poucos anos para cá, como as de turismo, são influenciadas por esse processo.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA 2006, p.26).

Para melhor compreender a tendência mundial no sistema do Turismo, as diretrizes políticas e execução da política, segue a figura 01, conforme apresentada no manual das orientações para o planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais.

Figura 1 - Sistema do Turismo.
Sistema do Turismo



Fonte: Minas Gerais (2014, p.20).

Em virtude dessa conjuntura, municípios, especialmente os de pequeno porte, tornaram-se dependentes dos municípios maiores para a realização de Políticas Públicas. Ademais, como muitos dos problemas enfrentados transcendiam os limites territoriais, como aqueles relacionados com estradas, por exemplo, tornou-se necessário também que os municípios de um mesmo território passassem a atuar de forma conjunta na solução desses problemas (CRUZ, 2001 citado por SILVA; LIMA; TEIXEIRA, 2012).

O processo de descentralização política pós Constituição Federal de 1988, trouxe uma série de benefícios, mas também implicações para a gestão das Políticas Públicas em âmbito nacional, estadual e municipal (ARRETCHE 1999, 2004 citado por TRINDADE, 2009, p.39).

Uma dessas consequências foi à necessidade de alinhamento político para execução de projetos ou programas que exigem o uso de estratégias de indução que levem Estados e municípios a aderirem e colaborarem para execução desses programas. Com relação às políticas de Turismo, não é diferente, o Turismo como Política Pública é muito recente e, aparentemente, tem menos visibilidade do que outras políticas de caráter universalista como: saúde, educação e saneamento básico, que possuem além de grande visibilidade perante diversos atores e população eleitoral, uma pressão por meio da legislação vigente, para que sejam executadas (ARRETCHE, 2004 citado por TRINDADE, 2009, p.39).

O turismo é proposto, como uma alternativa complementar que pode contribuir tanto para o desenvolvimento socioeconômico de cidades, comunidades, e regiões, como também é considerada como um instrumento para a valorização da cultura e conservação dos recursos naturais das localidades onde se instala.

Planejar e gerir a atividade turística de forma qualificada é mais do que gerar emprego e renda para uma comunidade, é investir no bem estar social e na proteção do patrimônio local. Além disso, desenvolver o turismo com responsabilidade é um meio para fortalecer vínculos entre moradores e o território em que habitam (Minas Gerais, 2014).

Na medida em que o setor ganhou espaço no Brasil, principalmente após a criação do Ministério do Turismo em 2003, foram criados diversos programas e Políticas Públicas para esta área. Os governos estaduais também começaram a contribuir com o planejamento da atividade, por meio da criação e execução de diversas políticas específicas para o turismo, no intuito de organizar a atividade e viabilizar o desenvolvimento do setor (LOPES, 2012).

Conforme Cruz (2001), as Políticas Públicas para o turismo no Brasil podem ser divididas em três fases: a primeira fase constitui-se na ação do governo brasileiro, visando regulamentar e orientar a atividade no ano de 1938, com o Decreto-Lei-406. Este Decreto-Lei determinava que a venda de passagens aéreas só pudesse ser feita por empresas autorizadas pelo Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1966, teve início à segunda fase das políticas nacionais de turismo, por meio do Decreto-Lei 55 foi criado o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR. A terceira fase do turismo brasileiro é marcada por um maior domínio político da EMBRATUR, por meio da criação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo e pela Constituição Federal de 1988.

A partir de 1994 iniciou-se a construção de uma política específica de turismo em âmbito nacional. As ações do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) centravam-se no município, pois o governo pretendia desencadear um efeito multiplicador, em que o turismo municipal, ao se desenvolver, impulsionaria o turismo estadual e, conseqüentemente, fortaleceria o Brasil enquanto destino turístico (PEREIRA, 1999).

No Estado de Minas Gerais, conforme apresentado na pesquisa de Knupp (2010), a SETUR-MG, foi criada em 1999. Coube à pasta a função de planejar, coordenar e fomentar as ações do setor de turismo, com o objetivo de expandir, melhorar a qualidade de vida das comunidades, gerar emprego e renda e divulgar o potencial turístico do estado de Minas

Gerais. Logo, compete a essa Secretaria formular, implementar e avaliar a Política Estadual de Turismo.

Para somar esforços com a SETUR-MG, a Turminas - Empresa Mineira de Turismo foi vinculada à nova Secretaria e se tornou um instrumento operacional da pasta, pois como empresa pública tem autonomia para realizar as atividades sem estar subordinada as restrições burocráticas.

A atividade turística está assegurada na Constituição do Estado de Minas Gerais, desde o ano de 1989, como uma atividade econômica e, também como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural (MINAS GERAIS, 1989).

Já os CTs são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a Política Pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, em desenvolvimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais desde o ano de 2001 (MINAS GERAIS, 2016a).

Conforme a SETUR-MG, os Circuitos obtiveram seu reconhecimento formal com a publicação do Decreto de Lei nº 43.321/2003. Esta política é um modelo de gestão das regiões turísticas que segue as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, como já mencionado, estabelecido pelo MTUR (MINAS GERAIS, 2016a).

Na política pública em estudo, o governo mineiro foi o responsável pela formulação, com base nas diretrizes nacionais do MTUR. Ainda que tenham sido formuladas instâncias de governança regionais no Estado, a regionalização não anula a atuação do município. Na prática o município é o implementador e executor da política (AZEVEDO, 2015).

O modelo de desenvolvimento regional do turismo é cada vez mais discutido tanto nos âmbitos público e privado, motivados pela regulamentação e implementação da política nacional, estadual e municipal. Na prática da gestão da Política Pública, surge à necessidade de entender como se dá esse processo, bem como quais ações são capazes de direcioná-las, de forma que possa contemplar não somente uma localidade específica, mas, sim, toda uma região turística (LOPES, 2012).

Os Circuitos, conforme prevê a Lei, abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional, na prática, infelizmente, o que se percebe é que alguns municípios que se uniram não possuem esses elementos chaves que estabelecem a lei (MINAS GERAIS, 2016a).

Planejar o turismo em uma localidade não é tarefa fácil. A atividade se relaciona (direta ou indiretamente) com os diversos setores da comunidade:

hospedagem, alimentação, transporte, atrativos e atividades turísticas, produção rural, prefeitura, hospital, escola, comércio, cultura, serviços de comunicação, entre outros. Para garantir a atuação alinhada deste conjunto diverso, o PLANEAMENTO da atividade turística deve ser elaborado de forma PARTICIPATIVA, envolvendo representantes de todos os grupos que compõem uma comunidade (MINAS GERAIS, 2014).

Para compreender com maior profundidade sobre as competências do poder público e iniciativa privada podemos observar na figura 02, que apresenta o papel que cada um desempenha.

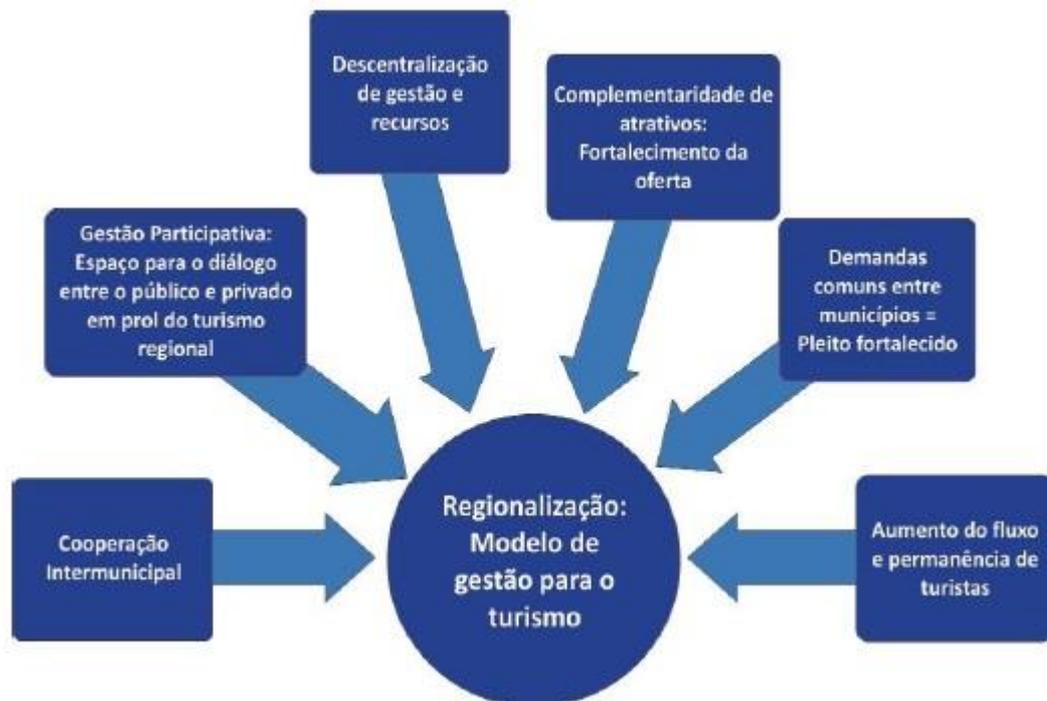
Figura 2 - Competências do poder público e iniciativa privada no Turismo



Fonte: Minas Gerais (2014, p.15).

Sobre a regionalização, para que ela ocorra é fundamental um alinhamento entre Secretarias Municipais de Turismo, Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), iniciativa privada e as associações dos circuitos. Dessa forma, com trabalho conjunto podem construir programas e projetos fundamentados pelas diretrizes de gestão Federal e Estadual. Deve-se entender, ainda, que a articulação de municípios em Circuitos é estratégica para fortalecer a oferta turística de uma região, por promover a integração de atrativos turísticos complementares estimulando parcerias e evitando a concorrência local (MINAS GERAIS, 2014). Na figura 03, é apresentado o modelo de regionalização para o turismo.

Figura 3 - Regionalização: Modelo para gestão no Turismo.



Fonte: Minas Gerais (2014, p.21).

Desse modo, os Circuitos são uma forma de organização social, sem fins lucrativos, de caráter privado, que pressupõem o envolvimento contínuo do poder público, iniciativa privada, ONGs e outras representações da Sociedade civil (MINAS GERAIS, 2014).

Para aperfeiçoar a estrutura de gestão do Circuito, deve-se considerar como parâmetro o conceito de associativismo:

O Associativismo é uma forma de organização que tem por finalidade conseguir **benefícios comuns** para seus associados por meio de ações coletivas. Através deste é possível tornar-se mais competitivo por meio de **parcerias, divisão de ônus e custos**, além de explorar novas oportunidades, oferecendo produtos de maior qualidade. A **responsabilidade pelo sucesso é de todos os associados**, portanto, esses devem apresentar um alto grau de **comprometimento**, sendo imprescindível o planejamento e as ações (SEBRAE/PR – adaptado por SETES-MG, citado por MINAS GERAIS, 2014.).

Conseqüentemente, os trabalhos das associações que integram os Circuitos Turísticos se dão por meio da descentralização da política pública de regionalização, buscam integrar continuamente os municípios, gestores públicos, iniciativa privada, sociedade civil organizada

e comunidade, no intuito de consolidar uma identidade territorial e protagonizar o desenvolvimento do turismo através das suas parcerias.

2.3 Sustentabilidade e desenvolvimento: o olhar para os Circuitos Turísticos

Neste tópico, busca-se apresentar, brevemente, como o desenvolvimento baseado nos princípios da sustentabilidade pode contribuir para repensar a execução de políticas públicas de turismo.

Segundo Hanai (2012) as aspirações de sustentabilidade advêm das reflexões acadêmicas, ideológicas e tecnológicas sobre o processo atual de desenvolvimento social e econômico, conduzindo a novas ideias de pensar, abordar e agir em processos e fenômenos de desenvolvimento.

O mesmo autor traz em seus estudos que a problemática ambiental se generalizou e induziu a uma série de efeitos no avanço e na orientação das disciplinas científicas para tentar solucioná-la, ressaltando a importância e a emergência de análises acerca dos efeitos da questão ambiental sobre a produção de conhecimentos e o processo de inserção do saber dentro de diferentes paradigmas científicos, a fim de elaborar algumas bases conceituais que permitam pensar a articulação de processos socioambientais.

Opções para o planejamento de ações para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento sustentável, entre outras estratégias de desenvolvimento, surgem constantemente em livros e em revistas científicas. Países, Estados e Municípios têm recorrido ao turismo como estratégia de desenvolvimento, tomando como pressuposto que o turismo possui potencial para retificar desigualdades econômicas e sociais através da geração de emprego e renda (SCÓTOLO; NETTO, 2014, p.37).

Algumas estratégias podem apresentar resultados positivos, enquanto outras podem ser desastrosas e dificilmente reversíveis (NUNES, 2009 citado por SCÓTOLO; NETTO, 2014).

O desenvolvimento que busca o equilíbrio entre sociedade e natureza não condena o desenvolvimento econômico, mas atribui a ele um importante papel que integre os aspectos: social, ambiental, político e cultural. A atividade turística, por sua vez se realizada de modo planejado, executado a partir das expectativas e capacidades dos sujeitos que neles vivem, conforme estudos de Scótole e Netto (2014), e integrado, seja na esfera privada e/ou pública, pode contribuir com a sustentabilidade do desenvolvimento e minimizar impactos negativos.

Buarque (2004) contribui com essa temática ao reforçar que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo ou uma ideia brilhante da ONU, a partir da ECO 92, mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios atuais e futuros, e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento.

Para Sachs (2008, p.38-39), a maneira natural de definir o desenvolvimento incluyente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido, como “excludente” (do mercado de consumo) e “concentrador” (de renda e riqueza) para ele dois outros aspectos do crescimento excludente são:

Mercado de trabalho fortemente segmentados, que mantém uma grande parcela da maioria trabalhadora confinada a atividades informais, ou condena a extrair a sua subsistência precariamente da agricultura familiar de pequena escala, sem quase nenhum acesso à proteção social; Fraca participação na vida política, ou completa exclusão dela, de grandes setores da população, pouco instruída, suborganizada e absolvida na luta diária pela sobrevivência, sendo as mulheres, sujeitas à discriminação de gênero, as mais fortemente atingidas.

De forma semelhante, Leff (2002) citado por Hanai (2011, p.200) destaca que:

A aplicação prática de princípios e estratégias do desenvolvimento sustentável apresenta-se mais complexa e difícil que a simples incorporação de uma dimensão ambiental dentro dos paradigmas econômicos, dos instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva prevalecente.

Neste contexto, a crise do modelo de desenvolvimento econômico vigente, sob a ótica do trabalho e da renda, vem ocasionando desemprego e subdesenvolvimento em algumas regiões brasileiras, que estão diretamente relacionadas às privações de liberdade que Amartya Sen apresentou.

As preocupações sobre o desenvolvimento local têm se destacado, também, no âmbito acadêmico do turismo conforme estudos de (MALDONADO, 2006; ROUSSEL, 2006; CORIOLANO, 2003 a 2009; ZAOUAL, 2008; BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2002 a 2009, citados por SCÓTOLO; NETTO, 2014).

A Organização Mundial de Turismo (OMT) reconhece que o turismo representa uma atividade com forte intensidade de absorção de mão-de-obra, que proporciona aberturas para pequenas empresas e iniciativas locais, tem capacidade para criar empregos formais e informais, diretos e indiretos, para pobres, jovens, mulheres, comunidades, para pessoas sem qualificação, empregos nos centros balneários e nas zonas rurais afastadas,

como nas atividades relacionadas com ecoturismo e o turismo cultural, por exemplo (OMT, 2010, citado por CORIOLANO; SAMPAIO, p.66, 2012).

Para que haja a redução destes efeitos adversos ligados ao crescimento econômico, estão sendo trabalhados fatores de indução de práticas inovadoras, através de ações voltadas para a busca de caminhos para se chegar a uma nova orientação socioeconômica. Estas ações podem ser representadas pela emergência da economia solidária, as práticas solidárias visam inserir as comunidades nos serviços solidários, que têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local (DANTAS et al., 2010).

O desenvolvimento na escala humana se baseia na autonomia dos países, das pessoas e de comunidades, de maneira a convertê-los em sujeitos do processo de desenvolvimento e não apenas em meros objetos. Surge, então, a necessidade de novas formas de conceber e praticar política, baseadas na participação direta, que estimula o protagonismo real das pessoas, na busca de soluções criativas endógenas (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012).

Encontra-se em crescente discussão outras formas de economia, uma delas é a economia criativa. A produção criativa é um conceito em construção, que envolve os setores econômicos que se apoiam na criatividade, produção intelectual e inovação da indústria da transformação (MINAS GERAIS, 2014).

Seguindo essa lógica de demanda por produtos criativos, o turismo também pode ser formatado para atender essa demanda, que tenham a criatividade e a inovação como formas de representar a cultura, o meio ambiente e as novas tecnologias. É uma oportunidade de o turista ser protagonista da sua própria viagem, onde poderá ter uma interação maior, possibilidade de desenvolver seu potencial criativo com experiências ofertadas em seu local de estada (RAYMOND; RICHARDS, 2000 citados por Minas Gerais, 2014).

O desenvolvimento inclusivo é fundamental para os países, principalmente para os mais pobres, mas do ponto de vista da sustentabilidade sugere-se, a qualidade e não a quantidade. Para chegar a um desenvolvimento saudável é preciso dar ênfase a um crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente modificados, como mencionados acima, orientados no sentido das necessidades das pessoas, da distribuição equitativa da renda e de técnicas de produção adequadas à preservação dos recursos (SACHS, 1994).

A palavra sustentabilidade para o desenvolvimento permite agregar diversos significados, tais como: redistribuição de rendimentos; equidade de produção; manutenção dos ecossistemas; manutenção da resiliência natural e do homem; e redistribuição de poder.

Cada um destes significados contém diferentes implicações para as ações necessárias (McCOOL; MOISEY; NICKERSON, 2001 citado por HANAI, 2011, p.204).

Importante mencionar que, o desenvolvimento sustentável não nega o crescimento, mas se refere à necessidade de mudar a qualidade do crescimento. O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação qualitativa que permite destacar o caráter operacional da sustentabilidade ao afastar este conceito de um estado utópico, dificilmente alcançável e argumento frequente para desqualificar as possibilidades reais de aplicação dos princípios de sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001 citado por HANAI, 2011, p.204).

Cabe destacar que:

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades (HANAI, 2011, p.210).

Para Sachs (2002, p. 85) os princípios que podem orientar e validar atividades fundamentadas no desenvolvimento sustentável são:

1. Sustentabilidade Social;
2. Sustentabilidade Cultural;
3. Sustentabilidade Ecológica;
4. Sustentabilidade Ambiental;
5. Sustentabilidade Territorial;
6. Sustentabilidade Econômica;
7. Sustentabilidade Política (nacional);
8. Sustentabilidade Política (Internacional).

A atividade turística tem potencial para contemplar todas essas dimensões supracitadas. O princípio da sustentabilidade econômica é o que está densamente relacionado ao desenvolvimento dos Circuitos Turísticos, pois há uma esperança maior dos gestores na geração de emprego e renda. Porém, na realidade deveriam considerar com maior rigor todos os demais princípios, pois os objetivos dos circuitos para geração de emprego, melhoria da infraestrutura (básica e turística), participação política e civil da sociedade, devem envolver os outros fatores, bem como há que se considerar a necessidade maior do planejamento ambiental e ecológico de curto, médio e longo prazo.

Partindo pra um segundo conceito, em 2004, a organização não governamental World Wildlife Fund (WWF), “Fundo mundial da Natureza” em português, através do seu Programa

de Turismo e Meio Ambiente, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com apoio técnico do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília-CET/UNB, apoio do Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) lançou o manual Turismo Responsável: Manual para Políticas Públicas. Neste material a organização traz o conceito de Turismo Responsável onde uma variedade de instrumentos é requerida para o seu alcance, e que para serem efetivos, precisam ser integrados e combinados em uma política. Isto inclui:

1. O estabelecimento de políticas e regulamentos em todos os níveis governamentais, regidos por uma Política Nacional de Turismo Sustentável;
2. A adoção de uma visão de planejamento integrado entre os diferentes agentes do turismo, públicos ou privados;
3. A definição de linhas diferenciadas em incentivos e financiamentos, voltados para o pequeno e médio empreendedor;
4. A adoção de códigos de conduta e de ética nos negócios; a realização de campanhas de educação aos visitantes;
5. O apoio a esquemas de certificação para se estabelecer ou ampliar a qualidade e a sustentabilidade no consumo e nos negócios (WWF, 2004, p.17).

Os princípios do turismo responsável estabelecidos pelo World Wildlife Fund (WWF, 2004, p.17-19), são:

1. O turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação;
2. O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável;
3. O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício;
4. O turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais;
5. O turismo deve ser informativo e educacional.

Segundo Ruschmann (1999) o conceito e os princípios do desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável estão profundamente ligados à proteção do meio ambiente. Entretanto, o desafio está em encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula, e um desenvolvimento da atividade que proteja o meio ambiente, principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que, lamentavelmente, ainda não se encontrou plenamente no Brasil e também outros países.

Conforme Globe (1990) citado por Ruschmann (1999, p.82):

O turismo sustentável deve considerar: a gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental devem ser mantidos através dos tempos.

Desta forma, torna-se importante criar mecanismos para inserção da comunidade, para que possam compreender seu papel na atividade turística e para opinarem sobre como gostariam que o desenvolvimento do turismo acontecesse na sua região.

Conforme Coriolano e Sampaio (2012, p.67):

O modelo econômico capitalista de desenvolvimento prioriza o setor terciário, em especial, o financeiro, imobiliário, telecomunicação e o turismo que, articulados, conquistam mercados, acumulação de capital, no entanto descaso socioambiental. Deve-se considerar que, a atividade turística se apropria de espaço geográfico, causando impactos ambientais, e não beneficia a toda parcela da população local. Esse panorama conduz instituições como ONU, OMT, bem como pesquisadores a lançarem propostas alternativas de desenvolvimento e de turismo mercadológico, que atenda somente ao mercado convencional. Em paralelo ao turismo globalizado convencional surge o turismo comunitário, de baixo para cima, indo ao encontro do desenvolvimento à escala humana.

Para essas mesmas autoras, as atividades econômicas produtoras de riquezas realizadas no padrão capitalista de produção, servem à acumulação, concentram resultados de produção em territórios específicos, grupos econômicos, ou indivíduos sem preocupação com distribuição. A riqueza agrícola de agronegócios ou *comodites*, resultados da industrialização, do comércio e dos serviços modelam-se nos padrões do desenvolvimento economicista e progressista, discriminador que não chega a todos. Nesse contexto, o turismo como atividade econômica convencional mercadológica não é diferente: reproduz o modelo de consumo, ao se apropriar da natureza, do lazer e do tempo livre para gerar lucro e muitas vezes exclui a população local.

No turismo, conforme Ruschmann (2000), a proteção do meio físico e sociocultural dos locais visitados sempre foi desconsiderada em favor dos resultados econômicos apresentados pela atividade turística e somente começou a ser valorizada a partir das ações e alertas de ambientalistas que começaram a ser ouvidos a partir dos anos 70 e das conclusões do “Relatório Brundtland” que lançou os fundamentos do desenvolvimento sustentável no planeta terra.

O desenvolvimento local sustentável é um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social,

partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 2014 citado por HANAI, 2011).

De acordo com a OMT (2011) citado por Schussel (2012, p.102-103) define o turismo sustentável como “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para locais e comunidades, exigindo integração com o ambiente natural, cultural e humano”, o que representa a inclusão das comunidades locais e do meio ambiente como protagonistas nas políticas públicas voltadas ao setor.

Em 2001, a OMT lançou uma diretriz ao turismo mundial: a competitividade do turismo e a luta contra a pobreza em todas as dimensões, quando desenvolvimento e subdesenvolvimento associam-se ao turismo. O órgão internacional de maior expressão do turismo, pela primeira vez, reconhece que a atividade tanto inclui como exclui parcelas da população (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012).

Em 2017 a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou como o Ano internacional para o turismo sustentável, sendo que a OMT liderará as iniciativas no sistema ONU.

Segundo o MTUR (BRASIL, 2017), o potencial do turismo para o desenvolvimento sustentável é reconhecido pela ONU como um dos principais setores de geração de emprego do mundo. A atividade oferece oportunidade de subsistência, ajuda a reduzir a pobreza e direciona as atividades produtivas para o desenvolvimento e inclusão social. A meta da OMT ao designar 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável é ampliar a compreensão e conscientização da importância do turismo no compartilhamento do patrimônio natural, cultural e distribuição da riqueza proporcionada pelas viagens.

Segundo a SETUR-MG, o turismo, quando planejado e desenvolvido de maneira responsável, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento social, econômico e cultural e também para a conscientização dos moradores a respeito da importância da preservação do meio ambiente e do patrimônio artístico-histórico local e consequente valorização e aprovação dos mesmos (MINAS GERAIS, 2014).

A perspectiva de desenvolvimento local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. O Turismo se vincula a esta perspectiva, no intuito de propiciar melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente. Desse modo, quanto à distribuição dos benefícios, representa uma questão na ética da sustentabilidade do turismo. Nesse sentido, como o turismo pode representar a base de economias locais, pode oferecer também condições para novas perspectivas de desenvolvimento, beneficiando a população autóctone (HANAI, 2011, p.210-211).

O mesmo autor citado acima esclarece que os esforços recentes de desenvolvimento, inclusive do turismo, vêm reconhecendo os desafios atuais relacionados às questões ambientais, sociais, econômicas e ecológicas, almejando também ações responsáveis de desenvolvimento na busca da sustentabilidade local (HANAI, 2011).

Em contraponto, no turismo que segue a lógica de mercado focado em vendas, grandes empresas e operadoras medem o sucesso de um destino pela quantidade de visitantes e pelo lucro em grande escala, muitas vezes sem se preocupar com os danos provocados na cidade receptora. Outro ponto é que muitos municípios se veem como concorrentes, destruindo na maioria das vezes, os valores socioculturais e ambientais do lugar, em detrimento dos ganhos econômicos (BRASILEIRO, 2012).

Para Coriolano (1998), é possível socializar as oportunidades ao estimular o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local.

Para Brasileiro (2012, p.89):

Quando as paisagens e a cultura do lugar se transformam em produto turístico, na maioria dos casos, os recursos naturais e as baixas garantias trabalhistas e sociais dos autóctones não são respeitados, principalmente quando os destinos do turismo de massa estão nos países em desenvolvimento. As desigualdades socioculturais e econômicas tornam-se visíveis e marcantes entre os autóctones e os turistas, existindo também uma real desarticulação entre as empresas turísticas, as instituições públicas e as pessoas do lugar.

Quando a atividade turística é feita de forma ordenada e planejada com participação dos residentes corre-se menor risco de prejudicar a população local, há que se levar em consideração o ambiente natural, social e cultural da região turística.

Para o WWF (2004, p.05):

Há, no Brasil, uma grande lacuna por parte dos gestores públicos em entender que os governos, em todos os níveis, possuem papel central no desenvolvimento sustentado do turismo. Algumas iniciativas de estabelecimento de políticas públicas locais e regionais vêm buscando contribuir para um turismo mais responsável, como em Bonito (MS) e Brotas (SP). E existe um consenso entre especialistas de que o desenvolvimento do turismo que almeja ser sustentável em nível local (ou de destinos) necessita fortalecer seus órgãos e criar instrumentos públicos representativos dos interesses dos atores sociais.

Os casos apresentados tanto de Bonito (MS) como de Brotas (SP) são exemplos de municípios onde são realizadas atividades turísticas, mas tem-se respeito e entendimento da

importância sobre a conservação do meio ambiente e conseqüentemente traz retorno social, ambiental e econômico para os municípios.

Brasileiro e Andrade citado por Brasileiro (2012, p.90), também, destacam que:

O pensamento em escala global pelas multinacionais do turismo e, na maioria das vezes, o planejado pelos governos, não são de conhecimento dos autóctones. Tampouco é experimentado pelos autóctones os tão almejados empregos e renda, divulgados como grande triunfo do turismo de massa nos lugares. O argumento utilizado pelos produtores e planejadores do turismo é da falta de qualificação profissional dos autóctones. Essa falta de qualificação não é compatível com o duro mercado competitivo do turismo das multinacionais. [...] a falta de formação profissional, por exemplo, não justifica o subemprego na atividade turística.

Para sanar a falta de recursos humanos qualificados para desempenhar o trabalho na prestação de serviços turísticos, as empresas podem fazer parcerias com o poder público para que sejam ofertados cursos, treinamentos, dentre outras ações que já foram realizadas pelo Governo Federal, Governos Estaduais ou gestores municipais.

Além disso, Schussel (2012) apresenta que existe a possibilidade da execução do turismo de massas de forma sustentável, a partir da organização da infraestrutura e regras que permitam manter a integridade das condições locais, tanto físicas como culturais. Para Ferreira (2010) citado por Schussel (2012, p. 204) propõe o princípio da convergência, que segundo ela, representa a “compreensão do turismo sustentável como um objetivo a alcançar, independentemente da escala, aceitando que o conceito ainda está em evolução e isso limita sua consolidação e que não se trata de eliminar o turismo de massa, mas de encontrar formas mais sustentáveis de exercê-las”.

Nas palavras da autora:

O desafio atual está na resignificação, em um novo pensar sobre o desenvolvimento, o lugar e o turismo. Novos modelos de desenvolvimento serão adotados e os aspectos culturais, como forma de ser, sentir e de viver de um povo no mundo, serão um dos eixos do desenvolvimento, pensado para o ser humano, seja este um turista ou um autóctone. O turismo, desde este paradigma é, portanto, uma atividade estimuladora de experiências e vivências das capacidades humanas (BRASILEIRO, 2012, p.95).

Por conseguinte, diante dos conceitos pesquisados, mesmo que com pressupostos diferentes, para o desenvolvimento dos Circuitos Turísticos, ao levar em conta os impactos positivos e impactos negativos que o turismo causa, os mesmos podem ser mitigados, uma vez que os gestores públicos, instituições privadas e entidades da sociedade civil se

organizem, sejam parceiros e oportunizem a participação e articulação dos atores sociais locais não apenas para formulação, mas na implementação e avaliação da Política Pública.

Destarte, a perspectiva adotada sobre desenvolvimento e sustentabilidade foi construída principalmente com base nos estudos de Amartya Sen, no sentido de que seja necessário oportunizar o desenvolvimento como uma ferramenta para promoção das liberdades individuais para os seres humanos. E que esses possam fazer suas escolhas e, baseados nessas escolhas, tenham contribuições que permitam sua sobrevivência e de seu grupo social, onde possam obter a manutenção de seu bem estar social, dignidade humana com qualidade de vida, sem que para isso seja necessário exaurir todos os recursos naturais ou explorar os indivíduos. E essa perspectiva está alinhada de acordo com os princípios para o desenvolvimento de uma atividade turística inclusiva.

A seguir serão apresentados os caminhos metodológicos utilizados, com os quais se almejam responder às questões de pesquisa apresentadas.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste tópico será apresentada a caracterização da pesquisa. Inicialmente o delineamento do estudo com os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos, discorrendo sobre a natureza, o tipo e os métodos utilizados na coleta de dados, e por fim apresenta-se a caracterização do objeto de estudo.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa é do tipo qualitativa, com abordagem exploratória em forma de estudo de caso e descritiva. As técnicas de coletas de dados foram documental e entrevistas.

A abordagem qualitativa permite desvendar e entender o que está por traz de um fenômeno ainda pouco conhecido, permitindo ao pesquisador estudar determinadas situações em profundidade (ALENCAR, 2000).

O escopo dessa investigação foi gerar informações que podem contribuir para uma melhor compreensão, avaliação e gestão da política de regionalização na região do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'Água. Possibilita a oportunidade de sistematizar e ampliar o conhecimento acerca dos desafios vividos pelos gestores na gestão regional integrada de uma política pública estadual, servindo de orientação para os mesmos e para a elaboração de futuras políticas públicas.

Conforme descrito por Flick (2009) apesar dos muitos enfoques existentes na investigação qualitativa, é possível identificar algumas características comuns. Esse tipo de pesquisa visa abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro”, de diversas maneiras diferentes, dentre elas, investigando documentos (textos, imagens, filmes, ou músicas) ou traços semelhantes de experiências ou interações.

A pesquisa de natureza qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, focando na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais procurando explicar o porquê das coisas, sugerindo o que deve ser feito, mas sem quantificar valores e trocas simbólicas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Busca ainda, esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que lhes está acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica. As interações e os documentos são considerados como forma de construir, de forma conjunta (ou conflituosa), processos e artefatos sociais. A investigação qualitativa leva

a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo. Uma grande quantidade de pesquisas qualitativas se baseia em estudos de caso ou em séries desses estudos, e, com frequência, o caso (sua história e complexidade) é importante para entender o que está sendo estudado (FLICK, 2009).

A abordagem exploratória que se justifica quando o tema escolhido é pouco pesquisado e, deste modo, torna-se difícil formular hipóteses. Seus objetivos são “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...]”, permitindo ao pesquisador formular “[...] problemas mais esclarecidos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2012, p. 27).

Os estudos exploratórios permitem maiores alterações no planejamento, se comparado a outros estudos, permitindo maior flexibilidade na organização e coleta de dados.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), a descrição deve ser concisa o bastante para que o leitor compreenda o que foi observado pelo pesquisador. Esse tipo de pesquisa também é usado para descrever, metodologicamente, os passos da realização da pesquisa e na aplicação das técnicas de pesquisa.

Dessa forma, estudos descritivos possuem como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou ainda o estabelecimento de relações entre suas variáveis. Buscam, além disso, determinar a natureza dessas relações. Dessa forma, a pesquisa descritiva aproxima-se da pesquisa exploratória ao proporcionar uma nova visão do problema em questão (GIL, 2008).

A pesquisa está caracterizada como estudo de caso, uma modalidade utilizada em várias áreas do conhecimento, que conforme Gil (2012) tem como especialidades o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento vasto e detalhado. Laville e Dionne (1990) destacam que, “um” caso, que pode ser uma pessoa, um grupo, uma comunidade, um meio, um acontecimento especial, uma mudança política ou um conflito.

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno recente dentro do seu contexto de realidade e podem ser utilizadas diversas fontes de evidências (YIN, 2005). Nesse sentido, Alencar (2000) sustenta que os estudos de caso possuem um papel importante nas ciências sociais, na medida em que contribuem com elementos para a construção de teorias.

Consequentemente, a presente pesquisa não tem a intenção de extrapolar os resultados deste estudo para outras realidades, pois cada região turística apresenta características e singularidades específicas, que necessitam de serem analisadas levando em conta outros

fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Todavia, podem ser utilizados os dados em conjunto com outros, para compor uma análise crítica da gestão e condução das políticas públicas do setor de turismo.

3.2 Coleta e análise de Dados

Por ser uma pesquisa exploratória, na modalidade estudo de caso, utilizaram-se métodos de coleta variados para atingir um nível maior de compreensão sobre a realidade estudada, sendo eles: pesquisa documental e entrevista por pautas.

Foram realizadas pesquisas nas páginas oficiais do MTUR, SETUR-MG, nas prefeituras dos municípios pertencentes ao circuito e no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após a coleta dos dados, realizaram-se leituras dos mesmos para a obtenção de informações que contribuíssem na elaboração das pautas das entrevistas.

3.2.1 Pesquisa Documental

A pesquisa documental é uma técnica que se utiliza de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ainda ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2012). As pesquisas documentais referem-se aos estudos que têm como referência documentos, escritos ou não, que são materiais utilizados como fonte de informação secundária para a pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Realizaram-se levantamentos documentais no site do MTUR e na SETUR-MG, de modo a facilitar a compreensão de como se dão essas políticas de turismo em nível federal e estadual.

Para compreender os pontos específicos da política de circuitos na associação, os documentos coletados na sede foram: Atas oficiais (2001-2016), Regimento Interno (2005), Estatuto e Planejamento Estratégico (2014), todos disponibilizados pelo atual gestor. Posteriormente foram feitas as análises sobre o processo de implantação e desenvolvimento dessa Política Pública de turismo no Circuito Vale Verde e Quedas D'Água. O total de ATAS sistematizadas e analisadas foram 54, sendo que tiveram recorte para o estudo algumas com maior destaque.

3.2.2 Entrevistas por pautas

Depois da análise dos dados documentais obtidos, foram definidas as pautas (APÊNDICE), com o intuito de aprofundar a discussão das informações.

A escolha destes sujeitos deu-se por conveniência, sendo que três desses residem no município de Lavras e um em Luminárias. Os entrevistados foram identificados por códigos, de acordo com a função que desempenham ou desempenharam: E1 para gestor atual, E2 conselheiro Fiscal, E3 presidenta, E4 para gestora antiga. Sendo as funções que eles desempenharam descrita a seguir:

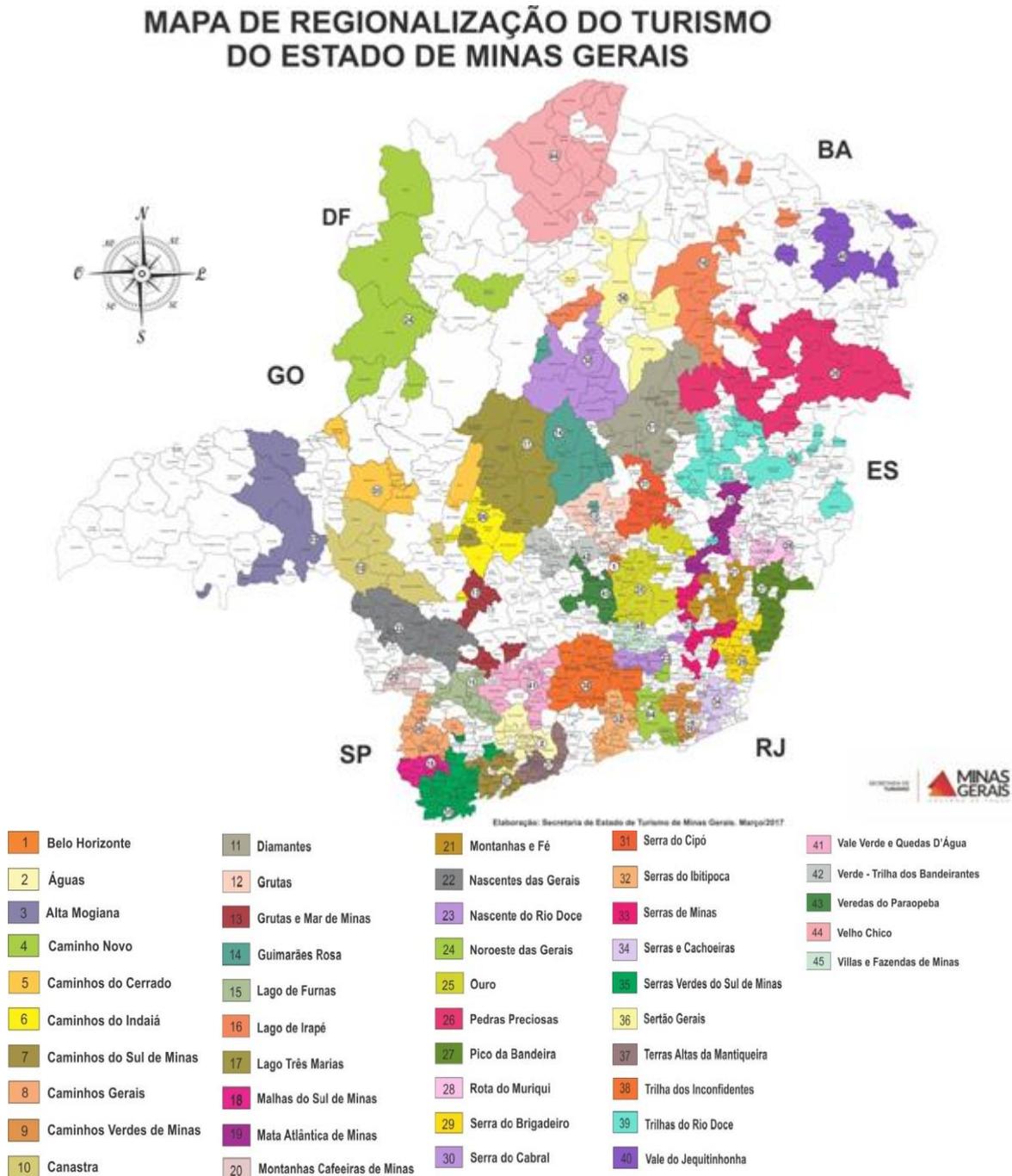
1. O atual gestor do ano de 2016 participa desde o ano de 2005;
2. Ex-conselheiro fiscal participa desde 2005;
3. A primeira presidenta participou da associação no período de 2005 a 2009;
4. E a ex-gestora esteve no cargo no período de 2005 a 2009.

As pautas foram estruturadas nos seguintes eixos temáticos, conforme consta no Apêndice: Identificação e Histórico do entrevistado na associação; Fundação da associação; Trajetória e Funcionamento da Associação; Parcerias com entidades públicas ou privadas; Regionalização e papel da SETUR-MG; Visibilidade e Divulgação da Associação; Questões Financeiras e Patrimoniais; Outras questões relevantes.

3.2.3 Caracterização da localidade do estudo

De acordo com a Resolução SETUR-MG nº 045/2014 (MINAS GERAIS, 2014), o Estado conta com 45 Circuitos Turísticos certificados, que envolvem 450 municípios associados, consolidando uma identidade regional através da integração contínua dos municípios, conforme abaixo na Figura 04.

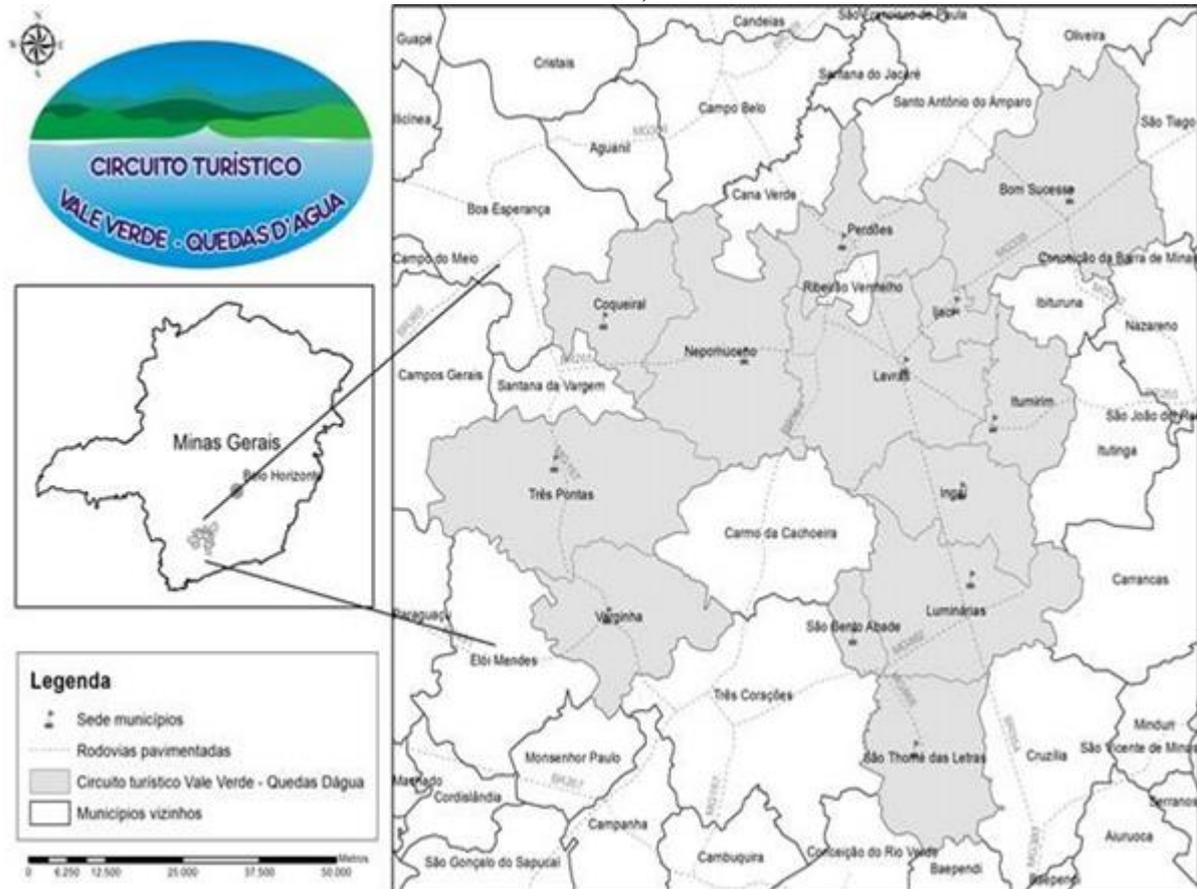
Figura 4 - Mapa de localização dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais



Fonte: adaptado de Minas Gerais (2017).

Os municípios que estavam associados ao Circuito Vale Verde e Quedas D'Água, no ano de 2016 eram: Bom Sucesso, Coqueiral, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Perdões, São Bento do Abade, São Thomé das Letras, Três Pontas e Varginha, conforme dispostos na Figura 05.

Figura 5 - Mapa de localização dos Municípios do Circuito Vale Verde e Quedas D'Água em Minas Gerais, Brasil.



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Sobre os municípios associados, pertencem à microrregião de Lavras, localizados no estado de Minas Gerais. Esse Estado é composto por 853 municípios, e uma população total estimada de 20.983.567 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). A sede da associação deste Circuito está localizada atualmente, no município de Lavras, conforme informado na página Oficial dos Circuitos, da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2016b).

Conforme os estudos de Faria e Dias (2012) a região de Lavras, onde está localizado o Circuito Turístico, possui potencial turístico devido ao artesanato, às cachoeiras e aos lagos formados pelas hidrelétricas. Há também um grande polo educacional, localizado na cidade de Lavras, com uma Universidade Federal e três Instituições Privadas de maior porte, que trazem para a região grandes eventos acadêmicos. Verifica-se a presença de grandes empresas, inclusive nos municípios menores, e a localização é estratégica, pois a região é cortada pela rodovia Fernão Dias (BR-381), que se encontra entre três grandes polos econômicos do país (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo).

Para melhor caracterizar os municípios optou-se por utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a população estimada e algumas particularidades como o bioma onde estão localizados, e se possuem Secretaria Municipal de Turismo ou Diretoria responsável pela atividade, que são informações relevantes dos municípios vinculados a Associação, dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Características dos municípios associados ao Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D' Água (Continua)

Município Associado	IDHM 2010	População Estimada (2015)	Características
Bom Sucesso	0,692	17.858	Bioma Mata Atlântica, Secretaria de Esportes e Turismo.
Coqueiral	0,694	9.461	Bioma Cerrado e Mata Atlântica, não possui Secretaria Municipal de Turismo, possui Secretaria municipal de Educação e Cultura com departamento de Cultura.
Ijaci	0,714	6.348	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo e Secretaria de Educação e Saúde.
Ingaí	0,697	2.764	Bioma Mata Atlântica, página da Prefeitura não possui informações sobre secretarias.
Itumirim	0,726	6.237	Bioma Mata Atlântica, não possui Secretaria Municipal de Turismo, possui Secretaria de Educação e Saúde.
Lavras	0,782	100.243	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, Secretaria de Cultura.
Luminárias	0,678	5.571	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Nepomuceno	0,667	26.897	Bioma Cerrado e Mata Atlântica, possui Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo.
Perdões	0,744	21.239	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria de Educação, Cultura e Turismo e Secretaria de Esportes e Lazer.
São Bento Abade	0,672	5.043	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria de Cultura e Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer.
São Thomé das Letras	0,667	7.037	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria de Turismo.

(Conclusão)

Três Pontas	0,731	56.649	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo.
Varginha	0,778	132.353	Bioma Mata Atlântica, possui Secretaria Municipal de Turismo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nos sites do IBGE (2016) e das Prefeituras dos municípios de: BOM SUCESSO (2016), COQUEIRAL (2016), IJACI (2016), INGAÍ (2016), ITUMIRIM (2016), LAVRAS (2016), LUMINÁRIAS (2016), NEPOMUCENO (2016), PERDÕES (2016), SÃO BENTO ABADE (2016), SÃO THOMÉ DAS LETRAS (2016), TRÊS PONTAS (2016), VARGINHA (2016).

Para melhor compreender o IDHM, se torna importante destacar que conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016) o Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades ao seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. Incluem as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial.

O IDHM brasileiro foi criado em 2012 numa parceria entre PNUD Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro que, assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA, 2017).

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas, sendo elas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), de ter acesso ao conhecimento (educação) e de poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda). Já o IDHM é uma adaptação para a realidade brasileira, leva em consideração as suas diferenças regionais e considera as mesmas três dimensões do IDH Global (longevidade, educação e renda), mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Ainda que meçam os mesmos fenômenos, os indicadores considerados no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas (PNUD, 2017).

Um dos critérios da sustentabilidade relacionado aos CTs é quanto à conservação dos recursos naturais, considerando o bioma onde os municípios pertencentes ao CT se encontram, sendo Cerrado e Mata Atlântica. Dessa forma, optou-se por citar no Quadro 1, dentre as características dos municípios, os biomas onde os mesmos se localizam.

Sobre estes biomas, o ecólogo inglês Norman Myers em 1988 fez um importante estudo, considerando que o Cerrado e a Floresta Atlântica são áreas ricas em biodiversidade,

principalmente em espécies endêmicas e que, possuem um alto grau de degradação ambiental (OLIVEIRA et al., 2008), foram conceituadas como sendo um *hotspots* de biodiversidade. Myers mapeou assim, as áreas na Terra que precisariam, com maior urgência, de atenção.

Ao observar que as consequências negativas do uso dos recursos naturais pelos seres humanos continuam agravando-se, Oliveira et al. (2008) realizaram algumas considerações sobre a importância da manutenção da biodiversidade, o que vem a ser um *hotspots* de biodiversidade, além da relevância pertinente à conservação e preservação dos ecossistemas.

A atividade turística tem potencial para contribuir com a conservação dos recursos naturais dos biomas localizados na área dos Circuitos Turísticos. Conforme o estudo de Hanai (2012, p.223):

O objetivo do turismo sustentável fundamenta-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, deve buscar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e culturais existentes, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social numa perspectiva ética e direcionada para as comunidades locais.

Além disso, seria necessário para o planejamento e organização de projetos turísticos a inclusão de uma avaliação de impacto ambiental em sentido amplo, e seu funcionamento deve ser acompanhado por uma equipe interdisciplinar.

Os destinos turísticos geram um impacto no setor imobiliário e uma infraestrutura associada à construção de cidades turísticas, que requerem a participação das autoridades ambientais federais e locais, assim como das organizações sociais, para regulamentar e fazer cumprir as normas ambientais e de ordenamento ecológico territorial, e para estabelecer e gerir um programa integral de desenvolvimento turístico sustentável (LEFF, 2010).

4 POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O CASO DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'ÁGUA

4.1 Contextos da fundação e organização

A Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'Água, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, regida por Estatuto e Regimento Interno que disciplina seu funcionamento.

Para analisar a trajetória da associação, foi feita uma sistematização com base nas Atas, Regimento Interno, Estatuto, Planejamento Estratégico e entrevistas. Posteriormente os dados foram divididos em três períodos, de modo cronológico, sendo eles de 2001 a 2005, de 2005 a 2007 e 2007 a 2016 de modo a melhor compreender os períodos de maior relevância das ações. As informações selecionadas sobre a associação versam sobre o contexto político da fundação, funções desempenhadas, participação dos municípios associados.

No atual Código Civil (BRASIL, 2002), foram institucionalizadas as formas de organização da sociedade civil em associações, sociedades, fundações e organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada. As associações são organizações da sociedade civil, que podem ser juridicamente representadas por um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica de direito privado e sem finalidade lucrativa.

Essas formas de organização social estão fundamentadas nas ciências sociais na visão de que o ser humano é um ser social, que além de viver em grupo, tem a necessidade de participar de outras atividades humanas, sejam por questões culturais, políticas, sociais, ambientais ou econômicas (TAVARES, 2014).

No Brasil, a emergência da cooperação para o desenvolvimento do turismo se fortaleceu principalmente a partir de 2004, quando o governo federal, por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), passou a induzir e a incentivar a criação das instâncias de governança regionais, como forma de promover a descentralização do poder com base na gestão democrática e na participação social (BRASIL, 2007).

Conforme o Decreto Estadual 43.321/2003 é considerado Circuito Turístico, o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem em associações para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (MINAS GERAIS, 2003).

Com base na criação dos circuitos turísticos, propôs-se uma nova concepção de relacionamento entre as diversas esferas do Poder Público e da sociedade civil, uma vez que se percebeu um esforço para construir coletivamente a gestão do turismo no estado. Para Ramos (2006) citado por Silva, Lima e Teixeira (2012), o trabalho envolve negociações permanentes entre as instâncias envolvidas, articulações de acordos diversos e planejamento das ações de forma participativa, visando à integração entre os municípios integrantes.

A Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedas D'água foi criada no dia 19 de julho de 2001 no município de Lavras, onde foi realizada eleição para Diretoria e presidência, além da aprovação do Estatuto. Estiveram presentes os representantes dos municípios de: Luminárias, Lavras, Três Corações, Carmo da Cachoeira, São Thomé das Letras, Carrancas, Itumirim, Ingaí e São Bento Abade. Nessa data ocorreu ainda a aprovação do Estatuto que posteriormente no ano de 2011 sofreu alterações (ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUAS, 2001).

Essa reunião ocorreu com a participação de importantes representantes políticos dos municípios, onde o Prefeito do município de Lavras fez a recepção dos demais prefeitos, secretários e imprensa presente, destacando a importância do turismo como fonte de geração de emprego e renda. Na sequência foi abordado sobre o estatuto que se trata de um termo jurídico celebrado entre os municípios, podendo ser considerado como uma certidão de nascimento da associação. Na pesquisa, obteve-se acesso ao segundo estatuto social da associação que foi registrado em 13 de setembro de 2011. O Estatuto rege as normas, documentos e formas de controle interno do funcionamento da organização.

No Capítulo I do Estatuto Social da Associação (2011), que considera sobre a Denominação, Natureza, Sede, Fins e Duração, em seu Artigo 1º fica estabelecido que a Associação é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e com autonomia administrativa e financeira. No Artigo 2º § 1º, define ainda que a Associação terá um Regimento Interno, que disciplinará o seu funcionamento.

Cabe destaque ao Artigo 4º que versa sobre a finalidade e objetivos sendo ao todo 13 objetivos, dentre os mais relevantes:

- I- Promover a elaboração e coordenação de um plano integrado para o desenvolvimento sustentável na região abrangida pelos municípios associados;
- II- Elaborar e/ou promover programas que fomentem a geração de emprego e renda nos municípios associados;

- III- Assessorar as prefeituras, entidades públicas e privadas, que visem implantar projetos e programas de desenvolvimento sustentável, desde que beneficiem as comunidades envolvidas;
- IV- Estabelecer convênios com órgãos governamentais e não governamentais para desenvolver projetos de interesse dos municípios associados;
- V- Contratar, formar e capacitar os técnicos da Associação;
- VI- Incrementar a indústria turística dos municípios e todas as atividades relacionadas ao turismo, estimulando o espírito de cooperação, e promover a exploração sustentável dos recursos turísticos;
- VII- Estabelecer e promover serviços de capacitação e treinamento de recursos humanos locais, atuando como formador de mão-de-obra qualificada [...].

Segundo o entrevistado E1:

A fundação da Associação deu-se por uma política de Estado da Secretaria de Turismo (SETUR-MG), porém não deram estrutura, não teve participação dos municípios e que no contexto político da fundação não teve articulação de política de Estado, e que teve como objetivo atender uma política de Estado.

Conforme pesquisas de Silva, Lima e Teixeira (2012), um dos estados pioneiros nesse tipo de gestão de regionalização do turismo foi Minas Gerais, uma vez que, antes mesmo da criação do PRT nacional, já havia gerado um modelo de arranjo cooperativo denominado circuito turístico. Os primeiros Circuitos foram criados em 2001; contudo, somente em 2003, foram legalmente formalizados por meio do Decreto-Lei n. 43.321 de 8 de maio de 2003. Para esses autores, os Circuitos Turísticos além de se constituírem em um modelo inovador para gerir a atividade turística, também podem ser vistos como um espaço de cooperação entre os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil.

No caso da Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedas D'aguas cabe salientar que se criou uma associação no papel em 2001, sem que os associados tivessem uma formação básica sobre qual o escopo da política pública e sobre qual a importância de uma entidade como associação. Tal fato pode ser um dos motivos que fragilizou as relações entre os municípios para que os seus representantes assumissem compromisso com a entidade, motivo este que pode ter dificultado as atividades do período de 2001 a 2004. Desse modo, no período desses quatro anos não houve registros de reuniões em ata, podem ter ocorrido reuniões informais entre os gestores públicos, mas não se encontrou nem se teve acesso a tais registros. Após esse período as atividades da Associação foram retomadas.

Conforme estudos de Gomes (2006, p.15):

No geral, a implantação de novas políticas provoca alterações nas relações entre os agentes que compõem um determinado setor, podendo estas alterações serem positivas ou negativas. A política pública de circuitos turísticos, implantada pelo governo de Minas Gerais articulou os agentes das regiões turísticas do estado em uma rede, criando uma nova estrutura de governança. Esta nova estrutura de governança passou a influenciar nos comportamentos (oportunismo e racionalidade limitada) dos agentes bem como nos atributos de suas transações (incerteza, frequência e especificidade de ativos).

Sobre a fundação da associação, na percepção dos entrevistados E2 e E4, o contexto político da reativação em 2005 era extremamente favorável, com um envolvimento muito grande dos prefeitos dos municípios nas reuniões, que participavam de reuniões e auxiliavam. Foi um momento de grandes resultados, tal apoio facilitava a ocorrência de eventos e parcerias. Na percepção da entrevistada E3, havia uma gestão da associação empenhada, percorrendo todo o Estado e buscando recursos na SETUR-MG, vários encontros de capacitação foram realizados com outros circuitos.

No dia 01 de dezembro de 2005, ocorreu uma reunião no município de Bom Sucesso, estando presentes representantes dos municípios de Bom Sucesso, Carmo da Cachoeira, Luminárias, Lavras e Ribeirão Vermelho, além da participação de representantes do comércio local (ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUAS, 2005).

Os temas abordados nessa reunião foram: participação do Circuito em eventos para divulgação do mesmo; novos municípios que se associaram e saída de outros (não há registro na ATA de quais municípios fariam novas adesões e tampouco quais sairiam); pagamento das mensalidades através de boletos; certificação do Circuito; regularização do Circuito (ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUAS, 2005).

Foi abordada ainda, a importância do envolvimento de todos os associados para que o Circuito possa fluir e desenvolver suas ações. Foi levantada a questão das reuniões itinerantes e chegaram à conclusão de que tem sido de grande valor para a integração dos municípios. Foi cobrada a presença de todos os membros nas reuniões para o andamento dos trabalhos. Foi tratado sobre a exclusão de dois municípios, Ingaí e Três Corações, e registrado que caso não paguem os boletos estarão automaticamente fora do Circuito (ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUAS, 2005).

Nessa conjuntura, conforme o MTUR, as composições estaduais de turismo tiveram reestruturação na década de 1990, onde começaram as iniciativas de programas específicos em seus territórios, os órgãos que já existiam foram adaptados, substituídos, ganharam menos ou mais poderes, na intenção de se adaptarem à gestão.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, que remete ao período de fundação dos Circuitos Turísticos no Estado de Minas Gerais, apresentou mudanças na forma de gestão centralizadora do turismo, dando maior importância ao papel dos 26 Estados e do Distrito Federal no Turismo (BRASIL, 2009).

Com essas ações, ocorreu a descentralização de poder e tomada de decisão que antes estavam centralizadas no Ministério e Secretarias Estaduais, foram compartilhadas com os demais envolvidos, neste caso são os municípios e cadeia produtiva, agências de viagens, operadoras, instituições de ensino, conselhos locais, associações, organizações não governamentais, departamentos e secretarias municipais de turismo. Essas instituições assumiram maior responsabilidade a partir do momento que foram incluídas nos processos decisórios e de gestão compartilhada com o governo (BRASIL, 2009).

Sobre a origem do nome Vale Verde e Quedas D'água, segundo informações do entrevistado E2, surgiu no município de Luminárias e quem sugeriu o nome foi à ex-prefeita do município de São Bento Abade, gestão 2001 a 2004. Para complementar sobre essa questão, a entrevistada E3, relata que o nome da Associação reflete uma característica ambiental da região, rica em cachoeiras e também há a existência de vales verdes, principalmente na região de Três Corações e São Thomé das Letras.

Torna-se importante destacar que o Decreto de Lei nº43. 321/2003, no § 1º define que se considerará Circuito Turístico, o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (MINAS GERAIS, 2016a).

Nesse critério de seleção para agrupamento dos municípios, alguns dos municípios associados têm características muito próximas uns dos outros que atendem aos critérios solicitados no Decreto. Porém outros municípios não agregam tantas características turísticas, e por meio da pesquisa ficou evidente que o critério utilizado ao longo dos anos foi o de conveniência política.

Sobre a existência de apoio de outras entidades ou pessoas externas na fundação, é percebido pelos entrevistados: E2, o apoio do poder público, e da SETUR-MG, principalmente o órgão estadual que realizou atividades para o fomento da regionalização.

Para o entrevistado E2, havia o apoio do Estado e dos municípios associados ao Circuito, além de outras empresas, ONGs e cidadãos comuns que participavam como voluntários. Houve também o apoio da Faculdade Presbiteriana Gammon (FAGAMMON) do município de Lavras, no início da fundação, que na época ofertava o curso de Bacharelado em Turismo. E conforme a informação da entrevistada E4 existia além do apoio da SETUR-MG, o auxílio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Dessa forma, percebe-se que o apoio de entidades externas, citadas acima, variou de acordo com demandas específicas, tais como eventos ou exposições, e em contextos de maior ou menor necessidade da associação, como, por exemplo, o apoio da Universidade FAGAMMON para elaboração dos inventários da oferta turística dos municípios.

Na pesquisa de Azevedo (2015) evidenciou-se uma crítica recorrente de agentes dos poderes públicos municipais, sobre a atuação da SETUR-MG, principalmente em relação ao baixo repasse de recursos financeiros, que inviabiliza diversas ações. Também houve críticas sobre a dificuldade de acesso dos municípios ao órgão, algumas das exigências estaduais não condizem com as realidades municipais e regionais.

A autora sugere ainda que em relação a recorrente falta de apoio financeiro, especialmente as associações de pequeno porte, uma alternativa seria no fortalecimento de parcerias locais, a fim de garantir o financiamento e a autogestão das associações. Essa postura reduziria a dependência sentida em relação à Secretaria e, conseqüentemente, o desconforto percebido atualmente como falta de apoio da mesma em relação aos municípios.

Quanto às dificuldades encontradas no início da fundação da associação, conforme a entrevistada E3, a principal dificuldade era o consenso de opinião, afinal, trabalhar com 10 municípios, que possuem ideais e políticas diferentes, não é muito fácil. Para o entrevistado E2, faltava o apoio da iniciativa privada, pois o mesmo acredita que esse é um dos motivos pelo qual a Associação do Circuito passou e passa por algumas dificuldades nos dias atuais.

A dificuldade estava na conscientização, de entender a necessidade de se participar do Circuito, era uma grande dificuldade naquele período, pois no início muitos prefeitos participavam das reuniões, mas com a mudança de gestão isso foi dificultando os processos, então a cada mudança precisávamos incentivá-los novamente (E4).

Nos estudos de Azevedo (2015), sobre a política de regionalização do turismo em Minas Gerais: uma análise sob a percepção de agentes do poder público municipal, a pesquisadora considerou que, em relação aos Circuitos Turísticos mineiros, uma das dificuldades apontadas por gestores destes Circuitos é gerada devido à alta rotatividade de

membros nas associações e o trabalho constante de captar mais representantes da iniciativa privada para colaborar com as associações. Esta rotatividade também ocorreu no circuito Vale Verde e Quedas D'água, conforme observado nas atas.

Dessa forma, percebeu-se que as relações para fundação da associação estiveram associadas a um contexto político da época, e que com o passar dos anos a associação teve suas relações fragilizadas entre os integrantes, sendo a alta rotatividade um dos fatores.

Evidenciaram-se na pesquisa, sobre as dificuldades que os membros tinham referente ao papel que iriam desempenhar na associação, suas funções como membro que representam os municípios, pois como apresentados nos estudos de Gomes (2006), muitos agentes não têm uma noção clara sobre o que é a política de circuitos turísticos, qual o papel da associação gestora e qual o posicionamento do estado em relação a esta política. Alguns ainda estão desinformados sobre as finalidades do circuito e sobre as suas ações. Esta falta de informação os leva a assumir posturas inadequadas em relação à associação gestora como, por exemplo, exigir que ela atenda a demandas individuais e de curto prazo. Por isso, cabem às associações promoverem mais discussões, sobre seus objetivos com os associados, e como esses podem contribuir e se beneficiar, além de realizar visitas aos Circuitos mais focadas no processo de organização interna.

O processo inicial de organização dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais foi realizado com a participação dos municípios, de forma pouco organizada. No Circuito Vale Verde não ficou claro quais os critérios de agrupamento dos municípios ao formarem uma associação. Na percepção de alguns gestores, a política pública, propriamente dita, foi feita isoladamente pela SETUR-MG. Atualmente cabe aos municípios implantar e executar sem que tenham subsídios técnicos e financeiros suficientes para tanto, muitos têm dificuldades para realizar essas tarefas.

Essa conjuntura de descompasso entre desenho e cumprimento, entre elaboradores, implementadores e executores é precária. Ao que as pesquisas indicam, existe na política de regionalização problemas na formulação e na prática com os gestores. Isso pode ser atribuído (entre outros possíveis fatores) à compreensão limitada dos formuladores em relação à realidade na qual se encontram os implementadores, cabendo, então, revisões e redesenhos na política com a participação dos envolvidos no ciclo (AZEVEDO, 2015).

De forma semelhante, no Circuito Vale Verde observou-se, nas entrevistas, a dificuldade dos associados em executar as atividades planejadas, de fazerem atividades formativas com os membros, o cenário político regional e estadual rotativo dificultou a continuidade dos trabalhos e projetos da associação. Outro diagnóstico, através dos registros

das Atas, foi às dificuldades de captar recursos financeiros e firmar parcerias com entidades do trade turístico.

4.2 Trajetória e Funcionamento

Em 2004 foram retomadas as ações da associação, porém foi um período centrado nas questões burocráticas, como se pode observar nos trechos a seguir.

Sobre este período de reativação tem-se o registro da primeira reunião em 31 de março de 2005, em que teve como objetivo o retorno das atividades. A mesma ocorreu no município de Lavras e contou com a presença de representantes dos municípios de São Thomé das Letras, Luminárias, Lavras, Bom Sucesso, Carmo da Cachoeira e Itumirim. Teve como pautas: Posse da Diretoria Executiva, certificação da Associação, ações de Integração dos municípios, gestor nomeado para executar trabalhos definidos pela diretoria, adesão dos municípios, mensalidades de manutenção, sede da Associação e inventário da Oferta Turística para certificação (ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUA, 2005).

Em outra reunião no dia 17 de junho de 2005, que ocorreu no município de São Thomé das Letras, participaram representantes dos municípios de São Thomé das Letras, Lavras, Carmo da Cachoeira, Luminárias, Ribeirão Vermelho, Bom Sucesso e São Bento Abade, com a presença de empresários da região, da imprensa local e também representantes da SETUR-MG.

Os assuntos abordados foram sobre a regionalização, fortalecimento do Fórum Estadual de Turismo, Circuitos Turísticos em MG, vagas para adesão de novos municípios, eleição para membros do Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, Leis municipais de adesão à Associação, Conselho Consultivo: buscar parceiras com, empresas, empreendimentos, entidades, instituições, pessoas interessadas no desenvolvimento do turismo, materiais de divulgação dos municípios (Marketing), mensalidades, participações em eventos, Calendário Anual de Eventos dos municípios, Logomarca do Circuito, Organização da Associação, boa vontade e integração.

Interessante destacar que nos registros das atas haviam poucos detalhes sobre as decisões das pautas apresentadas. As questões financeiras eram um assunto recorrente, não havia definições de ações concretas para serem sanados os problemas, e percebe-se ainda nesses registros que havia um excesso do consenso de ideias e pouco dissenso das opiniões.

Sobre a existência de melhorias significativas, foi perguntado aos entrevistados quais foram as que eles perceberam para os municípios a partir da criação da associação. Na percepção da entrevistada E3, com certeza houve melhorias, sendo que o primeiro benefício oferecido pela SETUR-MG foi as placas que indicavam locais turísticos do Circuito nos municípios associados como, por exemplo, o Parque Ecológico Quedas do Rio Bonito e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), ambos localizados no município de Lavras.

Na opinião da entrevistada E4, dentre as melhorias que ocorreram através da associação para os municípios tem-se a facilidade na identificação dos atrativos pertencentes a cada município. A mesma destacou ainda, ser favorável à política de regionalização. Complementarmente, o entrevistado E2 destacou que as melhorias para a associação e municípios ocorreram principalmente entre 2005 e 2008, momento de reativação das ações dessa organização civil, mas atualmente não existem tantos benefícios.

Quanto à caracterização dos principais problemas enfrentados pela associação, para o entrevistado E1, e as entrevistadas E3 e E4, não ocorrer repasse de recursos financeiros do Estado e Municípios foi apontado como sendo o principal problema. Na visão da entrevistada E3, outro fator era a falta de compromisso com a assiduidade na contribuição da mensalidade, pois cada município associado participava voluntariamente com um valor, geralmente muito simbólico, e era muito difícil fazer a arrecadação.

Para o entrevistado E2, dentre os principais problemas estão:

A falta de envolvimento da iniciativa privada e de articulação dos municípios associados. Isso se deve, primeiramente, ao fato de que o governo do estado não tratou o turismo da forma que deveria ser tratado, e também pelo fato de que alguns municípios não têm um perfil turístico.

São notáveis as dificuldades que a associação enfrentou, demonstrando a necessidade de maior diálogo e capacitação técnica dos seus integrantes. Torna-se essencial que os gestores percebam que a atividade turística necessita de planejamento estratégico, parcerias públicas e privadas, de técnicos responsáveis pela pasta que conheçam as políticas, diretrizes, planos, projetos e programas, enfim em todas as esferas públicas sejam Federais, Estaduais ou Municipais, para potencializar as ações e seus resultados (MINAS GERAIS, 2014).

Sobre o período e contexto nos quais a associação contou com maior participação dos municípios, de acordo com o entrevistado E2, e as entrevistadas E3 e E4, depois que o circuito recebeu certificação da SETUR-MG, houve um maior grau de fortalecimento da Associação.

Conforme relato da entrevistada E3, a mudança de governo afeta as atividades da associação, pois quando ocorrem às mudanças de gestores públicos, há certa desestruturação dessas atividades.

Para o entrevistado E2, nos anos de 2005 a 2008 o Estado tratou o circuito com mais atenção, investindo bastante na regionalização. Conforme a entrevistada E4, a gestão do Circuito que durou até 2008 contou com maior participação dos municípios do que a gestão posterior.

Para o entrevistado (E1):

Entre os anos de 2005 a 2010 ocorreu maior apoio, e de 2011 a 2016 menor apoio. No ano de 2011 a gestão da SETUR-MG foi menos técnica e mais política, e em 2016 houve quatro trocas de secretários dessa pasta. Foi perceptível que a descontinuidade de gestores afetou consideravelmente os andamentos dos projetos do setor. Houve apoio para sinalização turística, confecção de material impresso e equipamentos, nesta época o Estado contribuiu mais e propiciou a participação em Salões de Turismo com estande de exposição e alimentos regionais para degustação.

Sobre a presença da associação em Conselhos Municipais, Conferências, Planos Diretores ou orçamento participativo (municipal e estadual) o entrevistado E3 relatou que procuravam convidar órgãos comprometidos com os municípios. A entrevistada E4, não soube responder exatamente, mas relatou que as reuniões eram itinerantes, ocorriam em municípios diferentes.

Para o entrevistado E2 a Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (FECITUR) tentava articular todos os Circuitos em âmbito estadual, mas o Circuito Vale Verde e Quedas D'água não integrava a Federação por falta de recursos financeiros, mas havia a presença da associação em reuniões estaduais em que houvesse interesse do Circuito.

Com relação à existência e funcionamento de conselhos curador, fiscal, gestor e consultivo, de acordo com o entrevistado E2 havia a participação dos representantes dos municípios nas reuniões e eventos, mas com relação à questão burocrática não existia funcionamento formal e organização. Esse entrevistado relatou ainda que todos participavam e se envolviam com a associação.

A entrevistada E4 relatou que não seguiam muito a regulamentação formal. Porém para a entrevistada E3 havia sim funcionamento dos conselhos, pois tentavam desenvolver tudo conforme a legalidade. Percebe-se que as percepções dos entrevistados sobre o tema são diferentes, contudo este acontecimento se deve ao fato que a participação dos mesmos na associação ocorreu em períodos diferentes.

Sobre a escolha do local da sede e motivo da mudança de Lavras para São Tomé e posteriormente para Varginha, conforme relato da entrevistada E4 a sede administrativa manteve-se em Lavras, e as demais mudanças ocorreram por questões administrativas. A entrevistada E3 mencionou que quando participou da Associação, a sede era em Lavras, localizava-se na prefeitura e tinham apoio administrativo, com uma linha telefônica própria, por exemplo.

Contudo, para o entrevistado E1 quando a sede do circuito mudou para São Thomé das Letras e em seguida mudou para Varginha, não se recordando do ano dessas mudanças, destacou que nesse período a associação não contou com apoio desses novos municípios sede. O entrevistado E2 afirmou que a ideia da mudança foi inicialmente para criar sub-sede itinerante em municípios diferentes e o gestor continuar em Lavras.

Referente aos benefícios com as leis dos municípios que integram a associação, o entrevistado E2 informou que o município de São Bento Abade, por exemplo, teve maiores benefícios na área de turismo, e acabou tendo um envolvimento maior com o Circuito, assim como os municípios de Varginha, Três Pontas e São Thomé, não informando os motivos. Contudo, conforme a fala da entrevistada E4, as leis municipais são criadas, porém muitas não são cumpridas e dessa forma prejudica as ações da associação. Por exemplo, existe a lei do ICMS, mas os gestores municipais não fazem o uso adequado dos recursos.

Em relação aos processos e motivos de desligamento dos municípios que integram a associação, para todos os entrevistados ocorreram por não ter repasse de recursos financeiros, ou seja, a contribuição formal dos municípios. Porém conforme o entrevistado E2, não há desligamento formal, os municípios desinteressados apenas não participam. A entrevistada E3 destacou que sempre insistiam para que um município continuasse no circuito, e tentavam ser bem flexíveis.

Sobre a participação dos representantes na associação, as entrevistadas E3 e E4 informaram que as prefeituras indicavam as pessoas interessadas em participar da associação.

A entrevistada E4, ressaltou que a maioria dos participantes indicados trabalhava na secretaria de turismo do seu respectivo município, e essa maioria possuía alguma formação na área de educação ou meio ambiente, dentre outras áreas. Entretanto, conforme apontamento do entrevistado E2, nos últimos anos a participação foi muito pequena, basicamente o circuito foi mantido pelos municípios de Varginha, São Thomé, São Bento, Três Pontas e Lavras (por ser a sede).

De forma semelhante, nos estudos de Gomes (2006), percebeu-se que uma institucionalização das associações gestoras dos circuitos como entidades coordenadoras do

turismo na região. A institucionalização é positiva, pois os agentes locais passam a ter uma referência a respeito de planejamento e gestão do turismo na região. Mas, por outro lado, esta institucionalização pode causar acomodação nos agentes, pois como eles estão pagando uma mensalidade a um órgão, eles esperam que este órgão resolva todos os problemas relacionados ao turismo na região, desestimulando-os de participar das reuniões.

Para essa autora, ainda está presente a visão tradicional de gestão das políticas públicas em que os agentes aguardam as iniciativas. Contudo, as políticas públicas estão mudando dessa visão tradicional para uma gestão moderna. Porém, essa visão por ainda ser recente, com frequência não é bem assimilada pelos agentes nos Circuitos. Isso pode ser percebido, neste caso específico, por meio das dificuldades básicas por qual a associação passou, onde ocorre a transferência das responsabilidades para a gestão da associação e pouco envolvimento dos atores locais dos respectivos municípios.

No item Inventário da oferta turística da associação o entrevistado E4 informou que o primeiro inventário de alguns municípios foi realizado por alunos do curso de turismo da FAGAMMON. A entrevistada E3 relatou que como estava no início das atividades do Circuito não havia um inventário propriamente dito dos municípios associados, mas havia uma parceria em Luminárias e também alguns trabalhos apoiados pela Universidade citada.

O entrevistado E2 afirmou que no ano de 2016 foi pedido um inventário dos municípios, mas apenas São Bento Abade fez sua renovação via gabinete, pois o prazo estabelecido pela SETUR-MG foi curto, e ainda faltou diálogo dessa Secretaria com a Associação. O entrevistado E1 expôs que a Associação não tem esses dados atualizados e a SETUR-MG fará mudanças para que os inventários sejam feitos diretamente via eletrônica (site).

O inventário da oferta turística de um município ou região é uma ferramenta básica para se trabalhar e ofertar o turismo. A não existência desse instrumento prejudica o desenvolvimento da atividade. Percebeu-se que os representantes dos municípios pertencentes à referida associação não visualizam até o momento os aspectos básicos do turismo (infraestrutura), sendo um dos fatores limitantes a falta de recursos para adequação das ferramentas de planejamento turístico.

Cabe considerar que as Atas estão todas digitalizadas, porém a escrita das mesmas por vezes está confusa ou com registros incompletos, o que limitou o entendimento de alguns contextos apresentados. Um fator importante é sobre as reuniões que eram itinerantes e que tentavam facilitar e incluir todos os municípios associados, e ainda havia cobrança e incentivo para que todos os representantes não faltassem às reuniões.

Para as reuniões eram convidadas pessoas da comunidade, jornalistas, imprensa, comerciantes para participarem das mesmas. Na Ata de 25 de agosto de 2008, e de 28 de outubro de 2009, houve também a questão de exclusão de municípios, mas foram sempre questões delicadas e pouco registradas nas Atas. Havia o máximo de incentivo para que isso não ocorresse, conforme foi apresentado pelos entrevistados e também conforme apresentado na Ata de 19 de janeiro de 2009, onde os débitos dos municípios com a associação foram zerados, sendo que o motivo registrado foi, “para não desmotivar os prefeitos a conveniar ao circuito” (ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D’AGUA, 2008-2009).

Neste período estudado, os municípios tentavam se organizar burocraticamente para atender as exigências da lei para conseguir a certificação do Circuito. Outro assunto que emergiu nas atas foi sobre a questão política, que a cada eleição municipal ou estadual passavam por mudanças. Foi um período de poucos ganhos para a associação, pois no início parece que muitos municípios entraram na associação pela possibilidade de terem seus nomes vinculados ao Circuito e ao marketing que poderia gerar aos mesmos e não pelo fato de que associados se tornariam parceiros e poderiam ter ganhos coletivos.

Fica evidente que existe uma política de governo e não política de Estado, que visa um planejamento de longo prazo. Percebeu-se que muitas vezes são priorizadas as alianças políticas e não os critérios técnicos na tomada de decisões, ou seja, o critério técnico muitas vezes perde. Os avanços se tornam lentos e esbarram nas questões políticas e culturais.

Quando os municípios associam a política pública ao marketing que pode promover o município ocorre um vínculo de turismo como produto, ligado ao mercado o que gera problemas quando não há planejamento e esses fatores podem ser minimizados conforme os autores e estudos que foram apresentados anteriormente.

No aspecto da visibilidade e divulgação da Associação foram discutidos também outros aspectos sobre: Materiais de divulgação, bem como CDs, folders, entre outras formas alternativas e gratuitas de divulgação como Site, blog ou outros meios digitais, calendário anual de eventos das cidades associadas ou ações conjuntas, roteiros turísticos que uniam os municípios como, por exemplo, o Roteiro Lago de Furnas, o apoio da imprensa regional ou outras parcerias para divulgação do Circuito.

Conforme a entrevistada E4,

Na época criamos poucos materiais, era mais para participar de Feiras e do Salão do Turismo. Havia menos formas que hoje, mas não me lembro muito

bem. Tinha o calendário de eventos, que era exigido pela SETUR-MG. Não chegamos a realizar atividades conjuntas, com exceção das feiras em que nos reuníamos. Na época, havia a Ecovivência, que participava como empresa convidada, que criou alguns roteiros turísticos, principalmente para a região de Luminárias e São Thomé. Cada cidade divulgava seus atrativos particularmente, na mídia local. Houve uma parceria com a TV Universitária-TVU, na qual realizamos um projeto, em que toda sexta havia um programa de 5 minutos que divulgava um município diferente do Circuito. Além da parceria com a TVU, houve um projeto muito bacana com a empresa Vira Minas, de Três Corações.

Quanto à divulgação, ocorria mais em eventos e em situações específicas, o meio mais utilizado internamente era e-mail e telefone, e externamente folders, informativo impresso sem regularidade definida e site que posteriormente foi desativado.

De acordo com a entrevistada E3:

Havia certa dificuldade financeira. Acho que deveria ser aprovada uma lei para que houvesse um repasse voluntário da contribuição. Tinha o site, pagávamos o domínio. Havia o calendário, que funcionava de acordo com os eventos de cada município. Nós buscávamos fazer parcerias com agências receptivas, pois o Circuito não tinha condições para isso. Tinha muito apoio da TVU, e algumas rádios divulgavam se houvesse algum evento. Não havia muitas parcerias.

As dificuldades financeiras foi um dos temas de maior recorrência nas ATAS, e que de certa forma prejudica até mesmo a existência da associação, pois a mesma tem que obrigatoriamente ter um gestor e o mesmo é contratado. Sem os pagamentos dos municípios dificulta realizar o pagamento para manter esse profissional, bem como para pagar as despesas básicas de funcionamento da associação.

Segundo o entrevistado E2:

O Circuito fez alguns materiais, mas poderia ter feito mais. Criamos um site do Circuito e uma página no facebook, mas faltou um profissional para cuidar dessa parte. Atualmente não existem muitos eventos, o calendário é mais por questão burocrática, mas entre 2005 e 2008 tiveram vários eventos conjuntos. Participamos ativamente do Salão Mineiro de Turismo, além de outros eventos em diversos municípios. Hoje não existem roteiros, devido à falta de articulação, tanto que não temos agências credenciadas trabalhando com o Circuito. Havia principalmente em Lavras, além das imprensas oficiais de cada município. E atualmente não há parcerias para divulgações.

Sobre questões financeiras e patrimoniais, mensalidades para manutenção e multas, repasses de recursos estaduais e federais, ICMS-Turístico e bens adquiridos, o entrevistado E1 respondeu que:

Uma exigência para o ICMS-Turístico é movimentar a conta do Fundo municipal de turismo e quem administra é o Conselho Municipal de

Turismo. Não ter repasse de recursos financeiros do Estado e Municípios é uma questão que dificulta o trabalho. Nos convênios entre associação e prefeituras, poucas estão regulares. Sobre a questão de mensalidades para manutenção e as multas.

Dessa forma, a associação dependeu em algumas situações da “boa vontade” dos gestores do executivo e do legislativo de cada município associado. Primeiramente é necessário que ambos os representantes do povo que ocupam esses poderes, compreendam sobre o que é e qual a importância do Circuito Turístico para o município. Segundo, cabe ao executivo criar secretarias ou diretorias municipais de turismo em seus municípios e ainda prever orçamento financeiro e humano qualificado para esse setor.

A entrevistada E3 confirmou que:

As mensalidades nem sempre eram pagas, e caso algum município estivesse prestes a sair, acertávamos alguma contribuição. Houve repasses estaduais por meio de alguns projetos, como o de sinalização (placas) e o de folders. No período em que estive lá, estavam cogitando o ICMS-Turístico, não era uma realidade. E os bens adquiridos, como estavam numa fase de estruturação da Associação, eram suficientes. Havia site, linha telefônica, computadores, internet da prefeitura etc.

O ICMS Turístico é um imposto que pode contribuir com a destinação de recursos para as secretarias municipais de turismo. No Estado de Minas Gerais já é uma realidade utilizada em muitas cidades turísticas, porém nas cidades do Circuito pesquisado há pouca informação ou falta interesse em viabilizar a documentação para receber recursos desse imposto.

O entrevistado E2 narrou que:

As mensalidades para manutenção e multas funcionam de forma precária desde 2009, com a contribuição de poucos municípios. Os repasses de recursos estaduais e federais não existem, nós chegamos a perder recursos pela falta de articulação. Recebemos repasse uma vez. Já o ICMS-Turístico, vejo como uma lei positiva, pois é um valor baixo perto da demanda de trabalho. A contribuição desse imposto corresponde a 0,001 do Patrimônio Cultural. E na questão de bens adquiridos, recebemos alguns equipamentos, como notebook, datashow, mesas, computadores, mas precisam ser renovados.

De acordo com a SETUR-MG, o ICMS Turístico atua como motivador e catalizador de ações, visando estimular a formatação/implantação de programas e projetos municipais voltados para o desenvolvimento turístico sustentável, em especial os que se relacionam com as políticas públicas estaduais e federais (MINAS GERAIS, 2014). Porém, alguns municípios

que pertencem ao Circuito Vale Verde e Quedas D'Água não se organizam para poder receber este recurso, e poderiam ainda pagar as mensalidades.

A entrevistada E4 descreveu que:

Não havia multas, e as mensalidades, que chamávamos de contribuição, eram sempre pagas com atrasos, e precisávamos cobrar frequentemente de alguns municípios. Tivemos apenas um repasse que veio do Estado, para aquisição de material. Não havia a lei do ICMS-Turístico naquele período, estava em processo de criação. E os bens adquiridos eram somente os materiais que foram adquiridos por meio do repasse estadual.

Para ser beneficiado por esse recurso, conforme critérios da Lei Estadual nº 18.030 de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, os mesmos devem:

Participar de um circuito turístico reconhecido pela SETUR, nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais, ter elaborada e em implementação uma política municipal de turismo, possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em regular funcionamento, possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), constituído e em regular funcionamento (MINAS GERAIS, 2009). Importante destacar que ao receber os valores do ICMS turístico os municípios poderiam pagar em dia as contribuições para a associação.

4.3 Interações com o poder público, outras instituições e sociedade

Sobre as parcerias e interações com o poder público, outras instituições e sociedade, o entrevistado E1 descreveu que o circuito em si tem pouca articulação com o nível estadual, mas a FECITUR tinha uma articulação muito grande pelo que o entrevistado se recorda. Na opinião do entrevistado E2 as relações dos municípios estão bem enfraquecidas atualmente. Para a entrevistada E3 as relações eram mais com o Executivo do que com o Legislativo, mas realizaram algumas reuniões em Câmaras municipais. Todavia, na opinião da entrevistada E4 haviam relações com a SETUR-MG, que auxiliava inclusive na elaboração de projetos.

Quanto á caracterização das relações com outras associações de Circuitos Turísticos conforme a entrevistada E3:

Na minha gestão, não havia parceria com o Estado, tínhamos apoio no máximo de vereadores. Mas existem Circuitos que possuem um respaldo muito bom, especialmente em regiões mais ricas, como Ouro Preto, por exemplo. Acredito que caiba a cada Associação buscar essas relações, mas

alguns Circuitos são mais beneficiados devido à localização e a força do turismo nessa determinada região.

Na caracterização das relações com empresas privadas, na opinião do entrevistado E2 não há essa relação, sendo um dos motivos de dificuldades da associação. A entrevistada E4 alegou que convidavam algumas empresas, mas não mantínhamos essa parceria. A entrevistada E3, disse que tentavam parcerias, mas como a Política Pública no turismo não é muito difundida havia dificuldade nessas relações. Portanto, contávamos apenas com empresas que queriam divulgar algum produto, como aqueles que seriam vendidos prioritariamente para turistas. Por fim, o entrevistado E1 informou que houve parcerias na confecção de alguns materiais, e na participação de eventos, porém os últimos dois anos foram mais difíceis essas relações externas.

De acordo com a pesquisa de Gomes (2006) existem restrições sobre parcerias com empresas, que estão relacionadas a um comportamento oportunista de alguns membros de circuitos, que, visando manter benefícios particulares, prejudicam as conquistas coletivas. Dessa forma, esse autor acredita que os circuitos que não optarem pela estrutura de governança alternativa (sem a contribuição financeira mensal do empresário) deve optar por captar um maior número de associados para assim, resolver entraves financeiros e de institucionalização. Contudo, esta captação de novos associados deve se pautar em critérios claros e específicos de adesão, como o perfil de empresa que se deseja aceitar como associada.

As parcerias públicas ou privadas são importantes para as associações dos circuitos, porém é necessário que seja uma construção coletiva e que cada entidade tenha clareza sobre sua função na associação. No caso analisado, percebeu-se que em alguns anos as parcerias eram mais fortes e em outros anos não existiam, e que em diversos momentos emergiram nas reuniões sugestões para que se buscassem mais parcerias.

Sobre as relações com outras entidades, o entrevistado E2 e para as entrevistadas E3 e E4 havia uma relação bem fortalecida com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que era um apoiador constante da Associação, e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A relação fortalecida, informada pelos entrevistados, foram situações pontuais onde fizeram parcerias para ofertarem cursos nos municípios associados.

Quando perguntado sobre a caracterização das relações com a sociedade, a entrevistada E4 respondeu que não há essa relação, pois acredita que primeiramente o Estado deveria priorizar mais o Circuito para as relações poderem fluir melhor, nos municípios

menores era mais fácil de manter essa relação, e fazê-los entender a importância do Circuito. A entrevistada E3 destacou que sempre realizaram palestras e workshops nos municípios, falando sobre a importância do turismo, sobre o Circuito em si e o que ele representava, com o intuito de fortalecer internamente a Associação e a relação com a sociedade.

No que concerne sobre a participação e relações com entidades externas, de acordo com os estudos de Amâncio (2013) os espaços participativos são instâncias planejadas especificamente para propiciar a intermediação entre demandas coletivas e poder público. A partir deles o acesso ao Estado se democratiza porque, em princípio, estaria aberto a todos, e não dependeria mais do contato individual com algumas pessoas chave.

Para esta autora, a arquitetura institucional desses espaços varia a depender do setor em que estão inseridos, do nível de descentralização, do histórico dos atores estatais e societários envolvidos, etc. No Brasil há dois tipos principais de espaços: os conselhos gestores de políticas públicas, que são setoriais, e os Orçamentos Participativos, que deliberam sobre gastos em todas as áreas, sobretudo na infraestrutura urbana. Em alguns casos há outros tipos de fóruns, conferências e outros mecanismos. Ou seja, são diversas as formas que podem dar oportunidade para maior participação de outras entidades com interesse na atividade turística, porém se torna necessário um constante interesse da associação de criar esses espaços para dialogar.

Dessa forma, existia participação de atores locais nas reuniões, em menor grau como se observou nas análises das atas. Mas as participações eram eventuais, conforme convites específicos a empresários, imprensa, ONG's, universidades, entre outros. Percebeu-se pouco comprometimento desses atores locais, questão que pode ser variável. Essa questão não é o foco desse estudo, mas poderá ser investigada em pesquisas futuras.

Sobre a regionalização e papel da SETUR-MG, o entrevistado E1 afirma que a política de regionalização (nível estadual) facilita a interlocução entre a SETUR e o circuito, levanta demandas e trabalha-se em conjunto.

Na opinião do entrevistado E2 torna-se um caminho extremamente produtivo, para que os municípios consigam atingir seus objetivos. A entrevistada E4 analisou como uma boa forma de trabalho, apesar de existirem algumas regiões mais contempladas que outras, devido à maior estruturação, como por exemplo, São João Del Rei e Tiradentes, que possuem atrativos mais interessantes e históricos. E a entrevistada E4, respondeu que foi importante, até porque o turismo estava meio esquecido antes disso. A entrevistada E3 respondeu que quando houve o anúncio que a Copa do mundo de 2014, seria realizada no Brasil, as pessoas começaram a perceber mais a importância da regionalização.

Sobre os períodos nos quais a associação teve maior e menor apoio da SETUR-MG, para o entrevistado E2 nos últimos anos o apoio foi bem pequeno. Na percepção do entrevistado E2 no início havia um bom investimento, mas depois com as mudanças de governos isso foi enfraquecido, não havia apoio Estadual, era extremamente complicado trazê-los para reuniões. Na opinião da entrevistada E3 houve maior apoio quando a Associação tinha gestores mais ativos, tínhamos contato direto com os técnicos da SETUR-MG através de telefone ou e-mails, mas os mesmos não participavam de reuniões da associação.

Quanto ao encontro entre presidentes e gestores pela SETUR-MG, todos os entrevistados foram unânimes ao responder que existiam. E na opinião do entrevistado E1 eram sem muita relevância, normalmente uma vez por ano, e relatou que no ano de 2016 foram realizadas apenas duas reuniões e sugeriu ainda que a SETUR-MG deveria organizar reuniões regionalizadas.

Na opinião da entrevistada E3 eram bem organizados, e atendiam à demanda da associação. Os encontros eram voltados para mobilização, e disponibilizavam materiais para tal. A entrevistada E4 informou que os encontros dependiam também da disponibilidade dos gestores. Em contraponto, o entrevistado E2 relatou que acredita que existem coisas mais importantes que os encontros, mas não mencionou sugestões.

A propósito da pauta Fóruns Estaduais dos Circuitos e a FECITUR, todos os entrevistados responderam que havia os Fóruns Estaduais de Turismo para gestores com palestras e debates, além da Feira de Turismo de Minas Gerais e do Salão Mineiro. Foram unânimes quanto ao motivo de não adesão a Federação ser por questões financeiras da Associação.

A entrevistada E4 informou que a FECITUR surgiu na época em que era gestora, que haviam pessoas que concordavam e discordavam da participação na Federação. Todavia, a dificuldade de contribuição assídua dos municípios associados era um dos motivos de discordância. “Mas acredito que se tivéssemos tido oportunidade seria uma oportunidade de fortalecimento para o Circuito”. Na apreciação do entrevistado E2 a FECITUR fazia um trabalho organizado, no entanto, quando ela surgiu a Associação estava num período de enfraquecimento, então não pudemos aproveitar.

A respeito da regionalização e papel da SETUR-MG, sobre os documentos para certificação e dificuldades para obter o registro, o Entrevistado E1 informou que há uma série de documentos que precisavam estar sempre em dia, sendo: Carta de Renovação; cópia de documentos; plano de trabalho; atas; declaração dizendo os nomes dos representantes dos

municípios e representantes; receptivo dos municípios; declaração que tem um gestor responsável e cópia do diploma do gestor em bacharelado em turismo. A entrevistada E3 descreveu que para esta regularização a SETUR-MG estava sempre presente para tirar dúvidas e auxiliar. Outra informação apontada pela entrevistada E4 foi de que a apresentação dos documentos é anual, que não há dificuldades, com exceção da dependência da colaboração dos municípios que atrasam no envio dos dados.

Destarte, tona-se necessário mencionar sobre as discussões teóricas das políticas públicas de turismo no Brasil, apresentada por Freitas (2008) que corrobora com alguns dados encontrados discretamente neste estudo de caso. Muitos planos se basearam em princípios teóricos que nem sempre chegaram a se adaptar à realidade nacional, ou mesmo foram desvirtuados nas suas concepções de base, muitas vezes por interesses políticos de privilegiar a iniciativa privada em detrimento dos interesses públicos.

Percebe-se também que, além de todos os percalços ocorridos com o planejamento brasileiro, o grande obstáculo que inviabilizou os benefícios que o planejamento do turismo pode trazer foi à importação de modelos de países desenvolvidos, que tem uma realidade distinta da brasileira. Além da utilização de modelos e manuais, importaram-se também, os técnicos e consultorias estrangeiras, os quais, alheios às realidades regionais, algumas vezes formularam planos mirabolantes, que nada tinham a ver com o contexto em que estariam inseridos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o Estado de Minas Gerais conta com 45 Circuitos Certificados e aproximadamente 450 municípios regionalizados, são diferentes realidades e muitos contextos socioeconômicos.

A proposta deste trabalho foi compreender como surgiu a Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedas D'Água, como foi sua trajetória e quais as interações com as diferentes instituições da sociedade.

O setor de serviços, onde se classifica a atividade turística, contribui com a geração de emprego, renda e lazer para a sociedade. Essa atividade, além de envolver um importante setor econômico, é capaz de gerar benefícios positivos e negativos para a sociedade e para o meio ambiente.

A atividade turística é capaz de multiplicar seus ganhos, conforme demonstrado nas pesquisas de Coriolano (2012), Brasileiro (2012), Ruschmann (1999). Todavia há a necessidade de que seja feito um planejamento da mesma, e as políticas públicas são importantes ferramentas para esse processo.

A política pública de regionalização de turismo ocorreu em todos os estados brasileiros, e em Minas Gerais a mesma formalizou-se como Circuito Turístico. A organização da associação ao logo dos 15 anos esteve formalizada, porém nos últimos dois anos ocorreram dificuldades na realização de suas atividades, um dos motivos foi por não ter uma política estável de Estado. Na sua trajetória existiram períodos de maior união entre os associados e períodos de menor apoio político, que influenciaram a motivação das atividades.

Há que se considerar que essa associação foi criada para atender uma demanda de política pública e que questões políticas também foram determinantes nos agrupamentos dos municípios. Alguns podem ter se associado por conveniência e não por afinidade nas questões ambientais e culturais, que são sugeridas no Decreto de regulamentação dos Circuitos.

Na análise das atas das reuniões verificou-se que um assunto recorrente nas pautas estava relacionado aos pagamentos das taxas. Dos assuntos discutidos também abordavam sobre organização, planejamento, eventos, parcerias com empresas, treinamentos da área de turismo para os municípios associados.

As interações da Associação com o poder público, outras instituições e sociedade são fragilizadas e a cada quatro anos sofrem influência das eleições municipais, por dependerem de apoio do executivo e legislativo nos municípios. Há também influência quando ocorre

troca do gestor da pasta de turismo no âmbito estadual, pois mais uma vez o fator político cultural intervém nas relações com a associação.

Dos resultados patrimoniais que a associação conquistou, destacam-se a aprovação de dois convênios com a SETUR-MG. Um deles foi à produção das placas de sinalização turística para os municípios associados e o outro foi na aquisição de bens patrimoniais para uso administrativo da associação.

Alguns autores sustentam que o planejamento do turismo, com a base no envolvimento da comunidade receptora, com diálogo e parceria com entidades privadas é um instrumento importante para os destinos turísticos. Com base nisso, essa dinâmica de convidar a sociedade civil organizada desses municípios a ser membro, a partir de um trabalho de base sobre o que é o turismo e quais seus diversos impactos e aspectos em que as pessoas podem desempenhar funções diretas ou indiretas na prestação de serviços, pode ser outra forma de fortalecimento da associação.

Pesquisar o fenômeno turístico e suas interações com as entidades públicas e privadas não é uma simples atividade a ser realizada, implica em algumas limitações, buscar entender a sinergia de um setor de serviços que produz rentabilidade para alguns e subempregos para outros, torna-se algo ainda mais complexo.

A preocupação da interação entre pessoas e o meio ambiente deve ser algo cada vez mais responsável em todas as esferas da administração pública ou privada. Para que o turismo aconteça existe um deslocamento dos indivíduos de seus locais de moradia para outros locais, gerando demanda por bens e serviços.

A responsabilidade da associação para que a atividade possa ser desempenhada dentro dos objetivos para os quais foi criada, possui muitos entraves que estão relacionados à gestão pública. O que seria desejável primeiramente é um comprometimento dos associados, onde realizassem atividades conscientes para contribuir com uma atividade turística mais responsável nesses municípios.

A compreensão da responsabilidade da associação pressupõe a tomada de consciência e responsabilidade de seus membros, prezando pela organização da entidade, e no desempenho de seu verdadeiro papel de contribuir para que o turismo seja uma atividade que inclua a comunidade de seus municípios, promova a conservação dos recursos naturais e gere emprego e renda.

Em alguns anos existiram melhor organização e empenho coletivo dos associados, em outros anos as dificuldades para dedicar-se aos projetos conjuntos da região foram maiores.

Percebeu-se que as constantes trocas de gestores públicos do executivo Municipal e Estadual e dos respectivos legislativos ocasionam certa descontinuidade dos trabalhos da associação.

Dentre os desafios enfrentados pela Associação na execução da política pública, inclui-se a participação coletiva, onde alguns membros nem sempre se sentem parte, tornam-se parte para exercer as funções para qual foram destinados. Numa associação a construção coletiva dos planos e projetos pode facilitar a execução coletiva e consequentemente os ganhos também podem se tornar coletivos.

Considerando o objetivo de uma política pública e o objetivo para o qual a política de regionalização de turismo foi criada, o estudo revelou que a associação teve dificuldades para executar diversas ações.

Diante das considerações citadas acima são apresentadas algumas possibilidades de ações que podem contribuir com a associação: capacitação e orientação dos associados para planejamento da gestão, estreitar parcerias com as Universidades da região, entidades envolvidas com turismo, hotelaria, gastronomia e afins para realização de atividades conjuntas.

Quanto às limitações deste estudo, elas são referentes principalmente sobre a dificuldade de entrevistar representantes de todos os municípios, devido à distância entre eles. Dessa forma, a percepção apresentada ao longo das discussões refere-se apenas aos olhos destes integrantes.

Cabe acrescentar que será entregue uma cópia da pesquisa para associação, e também foi apresentada para discentes do grupo de trabalho “Patrimônio Cultural de Lavras” do Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento (CEDET) no município de Lavras, bem como em parceria com essa entidade, foi elaborado um capítulo para a revista *Lavras City Tour*, da área de Estimulação, “Comunicação, Organização e Humanidades”.

Portanto, evidencia-se que as parcerias e diálogo entre as diferentes instituições na prática são ações necessárias, mas complexas, pois envolvem questões políticas e culturais na gestão e administração associativa. Entretanto, quando ocorrem essas interações harmoniosas, beneficia não somente os atores envolvidos no processo turístico, mas a comunidade receptora.

Diante das contribuições e limitações desse estudo, é possível traçar novas possibilidades para estudos futuros sobre os circuitos turísticos:

- a) Investigações sobre as percepções do trade turístico e das comunidades onde estão localizadas as associações;
- b) Comparações entre mais associações dos circuitos turísticos; e,

- c) Como se dá a gestão de circuitos que recebem maior número de visitantes.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 100 p.
- ALENCAR, E. **Notas de aula da disciplina Metodologia Científica da Universidade Federal de Lavras**. 2000.
- AMÂNCIO, J.M. **Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo**. 2013. 324 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- ANDRADE, L. F. S. **Organização e atuação de Associações de Moradores de Lavras, MG: Distâncias e relações**. 2015. 152 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D’AGUAS. Lavras. **Reunião de eleição da presidência e diretoria do Circuito Vale Verde e Quedas D’agua**. Ata da reunião realizada em 19 de julho de 2001. Livro 1.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D’AGUA. Lavras. **Ata da assembleia extraordinária**, realizada em 17 de junho de 2005. Livro 1.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D’AGUA. Lavras. **Ata da assembleia extraordinária**, realizada em 25 de ago de 2008. Livro 1.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D’AGUA. **Estatuto da Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D’agua**. Lavras. 2011. 13 p.
- AZEVEDO, G. G. de. **Política de regionalização do turismo em Minas Gerais: uma análise sob a percepção de agentes do poder público municipal**. Monografia. (Administração Pública) - Fundação JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 224 p.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **ONU declara 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável**. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7383-onu-declara-2017-o-ano-internacional-do-turismo-sustent%C3%A1vel.html>>. Acesso em: 04 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html> > Acesso em: 23 jun. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2015.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: formação de gestores das políticas públicas do Turismo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.321 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil: **Módulo Operacional 3**: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília, 2007. 54p. Disponível em: <
http://www.turismo.gov.br/images/pdf/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: Diretrizes, metas e programas. 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em: <
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>, acessado em: 03 mar. 2017

BRASIL, **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 03 abr.2017.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César Cabrera; CORIOLANO, Luzia Neide. (Org.) **Turismo, Cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: UDUEPB, 2012. 233 p.

BOM SUCESSO, 2016. **Prefeitura Municipal de Bom Sucesso**. Disponível em:<
<http://www.bomsucesso.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

CARVALHO, Daniela Moreira de; RIOS, Gilvando Sá Leitão. Participação, viabilidade e sustentabilidade: dimensões de desenvolvimento local numa associação de produtores rurais. **Revista Organizações rurais e agroindustriais**. Lavras, v.9, n.3, p.402-420, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORIOLANO, L N. **A contribuição do turismo ao desenvolvimento local**. In: Portuguez, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Faria; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M.(org). Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2012.

CORIOLANO, LN., SAMPAIO, CAC. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., CORIOLANO, LN., (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 49-73.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Lazer e Turismo em Busca de uma Sociedade Sustentável. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (org.) **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998, p. 28 – 55.

COQUEIRAL, 2016. **Prefeitura Municipal de Coqueiral**. Disponível em: <<http://www.coqueiral.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

DANTAS, A. V. S. *et al.* **Economia solidária e turismo**: um estudo comparativo nos municípios de Natal/RN e Recife/PE. Caderno Virtual de Turismo. Vol.10. 2010. Disponível em:
<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=414&path%5B%5D=246> . Acesso em: 19 jul. 2016.

FARIA, V. M. de F; DIAS, A. F. **Microrregião de Lavras (MG)**. In: TENÓRIO, Guilherme. Fernando. **Cidadania e desenvolvimento local**: Critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: IGLU: FAPESP, 2007. 220 p.

FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade. 2002.344 p.

FLEURY, S. **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 508 p.

FORTUNATO, R. Â. **O turismo solidário e a redefinição social no Vale do Jequitinhonha-MG**. 2011. 161p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FREITAS, C. L. **Turismo, Política e Planejamento**-Estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, 2008. 394 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2012. 200 p.

GOMES, B. M. A. **Política de regionalização do turismo em Minas Gerais**: uma análise sob a ótica dos custos de transação. 2006. 108 p. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

HANAI, F. Y. **Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo**: conceitos, reflexões e perspectivas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR, Taubaté, SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr. 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/Geysi/Downloads/589-1052-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Geysi/Downloads/589-1052-1-PB%20(1).pdf) >. Acesso em: 20 jun. 2016.

HENZ, Aline Patrícia. **Políticas públicas de turismo no Brasil: a interferência da política nacional de turismo entre 2003 e 2007 no direcionamento das políticas estaduais.** 2009. 150 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2009. Disponível em:< <https://siaiap39.univali.br/repositorio/handle/repositorio/1344>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

IJACI, 2016. **Prefeitura Municipal de Ijaci.** Disponível em:< <http://www.ijaci.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

INGAÍ, 2016. **Prefeitura Municipal de Ingaí.** Disponível em:< <http://www.ingai.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 20 maio 2016.

ITUMIRIM, 2016. Prefeitura Municipal de Itumirim. Disponível em:< <http://www.itumirim.mg.gov.br/principal.asp>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

KNUPP, M. Eduardo C. G. **Circuitos turísticos de Minas Gerais: análise à luz de uma perspectiva relacional.** 2010. 188 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. **Construção do saber.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAVRAS, 2016. **Prefeitura Municipal de Lavras.** Disponível em:< <http://www.lavras.mg.gov.br/portal/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.

LOPES, F. F. **O Programa de Regionalização do turismo e sua aplicação no circuito turístico Caminhos Gerais.** Revista Gestão & Conhecimento, Poços de Caldas, Edição Especial, p. 463-478, Nov. 2012.

LUMINÁRIAS, 2016. **Prefeitura Municipal de Luminárias.** Disponível em:< <http://www.luminarias.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de minas gerais. **O que é um Circuito Turístico?.** 2016. Disponível em < <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>>. Acesso em 10 maio. 2016a.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS-SETUR. **Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'água**. 2016 b. Disponível em <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/996-circuito-turistico-vale-verde-e-quedas-dagua>>. Acesso em 08 maio. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de minas gerais. **Mapas de Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais**. 2017. Disponível em <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/mapa>>. Acesso em 19 abr. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de minas gerais. **Resolução SETES nº 45, de 05 de novembro de 2014**. Estabelece os critérios necessários para o reconhecimento e exercício dos Circuitos Turísticos a que se refere o Decreto Estadual nº 43.321/2003.

Disponível em:

<<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/institucional/legislacao/resolucao-setes-no-45-de-05-de-novembro-de-2014.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2016.

MINAS GERAIS. **Lei. nº 18.039, de 12 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=18030&comp=&ano=2009&texto=consolidado>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de minas gerais. **Decreto 43.321 de 08 de maio de 2003**. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43321&comp=&ano=2003&aba=js_textoOriginal> Acesso em: 23 jun. 2016.

MINAS GERAIS. **Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais**. Belo Horizonte. 2014.100 p.

MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 16. ed. Belo Horizonte. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2016.

NEPOMUCENO, 2016. **Prefeitura Municipal de Nepomuceno**. Disponível em:<<http://www.nepomuceno.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

OLIVEIRA, D. A.; PIETRAFESA, José Paulo; BARBALHO, Maria Gonçalves da Silva. **Manutenção da Biodiversidade e o Hotspots Cerrado**. Caminhos de Geografia Uberlândia, v. 9, n. 26 Jun/2008 p. 101 – 114. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15700/8881>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

OLIVEIRA, J. M. S. R. **Potencial competitivo de circuito turístico: uma análise da Rota dos Tropeiros no centro-oeste de Minas Gerais**. 2007. 130 p. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

PERDÕES, 2016. **Prefeitura Municipal de Perdões**. Disponível em:
< <http://www.perdoes.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

PEREIRA, Cássio Avelino Soares. **Políticas Públicas no Setor do Turismo**. In Turismo em Análise. São Paulo, v.10, n.2, p. 7-21, nov. 1999.

PIMENTEL, M. P. C. **A institucionalização das políticas públicas de turismo em âmbito municipal no Brasil**. 2011. 287 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD; Fundação João Pinheiro; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. IDHM. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 04 jan. 2017.

RUSCHMANN, D. van de M. **A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade**. Turismo - Visão e Ação - ano 2 - n.5 - p.81-90 out-1999/mar-2000. Disponível em: < file:///C:/Users/Geysi/Downloads/1182-2496-1-PB.pdf > Acesso em: 04 abr. 2017.

RUSCHMANN, D van de M. **O Planejamento do Turismo e a Proteção Ambiental**. 4. ed.Campinas: Papirus, 1999.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In (org).: MENDES, Armando Dias.1994.

SANTOS, A. A. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental: caso São Roque de Minas, MG**. 2004. 110 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2004.

SÃO BENTO ABADE, 2016. **Prefeitura Municipal de São Bento do Abade**. Disponível em:< <http://www.saobentoabade.mg.gov.br/site/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

SÃO TOMÉ DAS LETRAS, 2016. **Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras**. Disponível em:<<http://www.saotomedasletras.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

SCÓTOLO, D. NETTO, A. P. **Contribuições do turismo para o desenvolvimento local**. CULTUR- Revista de cultura e Turismo. Ilhéus, ano 09 - nº 01 – Fev/2015. 36-59. Disponível em: < <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf>>. Acesso em 19 abr. 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 168 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, F. C. da S; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **A cooperação intermunicipal nos circuitos turísticos de Minas Gerais**. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica, Rio de Janeiro, vol. VII, Nº1, p.1-19, 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SOUSA, C.R. **Representações sociais da questão ambiental em nível global, setorial e cotidiano: um estudo multicase em laticínios de Lavras/MG**. 2003. 189 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

SCHUSSEL, Z. das G. L. Turismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César Cabrera; CORIOLANO, Luzia Neide. (org.) **Turismo, Cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: UDUEPB, 2012. 233 p. 99-124. Parte I.

TAVARES, A. O. Participação. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a Formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.

Trentin, Fábila, Fratucci, Aguinaldo César, **Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização**. Tourism & Management Studies [en línea] 2011, 1 () : [Fecha de consulta: 8 de julho de 2017] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743867076>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

TRÊS PONTAS, 2016. Prefeitura Municipal de Três Pontas. Disponível em:<<http://www.trespontas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

TRINDADE, R da. **Circuitos turísticos mineiros: descentralização, autonomia e gestão em relação ao turismo com base local (Finais dos anos 90 – tempo presente)**. 2009. Dissertação. (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 119 p.

VAN BELLEN, H. M. **As Dimensões do Desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação**. Revista de Ciências da Administração. v. 12, n. 27, p. 143-168, maio/ago 2010.

VARGINHA, 2016. **Prefeitura Municipal de VARGINHA**. Disponível em:<<http://www.varginha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

WWF. **Turismo Responsável: Manual para Políticas Públicas**. SALVATI, Sérgio. Salazar. (org.). Brasília, DF, WWF Brasil, 2004. 220 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMMERMANN, S. A. et al. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 540-573, abr. 2014.

APÊNDICE

Apêndice - Entrevista por pautas (adaptado de ANDRADE, 2015)

Pauta de entrevista da pesquisa “POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM MINAS GERAIS: O CASO DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D’ÁGUA”

1. IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO DO ENTREVISTADO NA ASSOCIAÇÃO
 - 1.1 Educação Formal
 - 1.2 Cargo desempenhado pelo entrevistado
 - 1.3 Trabalho desempenhado e período na associação
 - 1.4 Aprendizados proporcionados pela associação
 - 1.5. Já exerceu outros cargos (Diretorias ou Conselho)
 - 1.6. Participa ou participou de outras associações ou grupos semelhantes

2. FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
 - 2.1 Ano de Fundação (Criada em 2001 e reativada em 2005)
 - 2.2 Contexto político da fundação
 - 2.3 O porquê da criação da associação
 - 2.4 Origem do nome Vale Verde e Quedas D’água
 - 2.5 Existência de apoio de outras entidades ou pessoas externas na fundação
 - 2.6 Dificuldades na fundação e início

3. TRAJETÓRIA E FUNCIONAMENTO
 - 3.1 Existência de melhorias significativas para os municípios a partir da criação da associação
 - 3.2 Caracterização dos principais problemas enfrentados pela associação
 - 3.3 Período e contexto nos quais a associação contou com maior participação dos municípios, assim como menor participação
 - 3.4 Presença da associação em Conselhos, Conferências, Planos Diretores ou orçamento participativo (municipal, estadual)
 - 3.5 Existência e funcionamento dos conselhos (curador, fiscal, gestor, consultivo)
 - 3.6 Locais das sedes e motivos das mudanças (Lavras, São Tomé, Varginha)
 - 3.7 Benefício com as leis municipais dos municípios que integram a associação
 - 3.8 Processos e motivos de desligamento dos municípios que integram a associação
 - 3.9 Participação dos representantes da associação
 - 3.10 Inventário da oferta turística da associação

4. PARCERIAS
 - 4.1 Caracterização das relações com o Poder Público Local (Prefeituras, Câmaras dos municípios, Assembleia Legislativa)
 - 4.2 Caracterização das relações com outras associações de Circuitos Turísticos
 - 4.3 Caracterização das relações com empresas privadas
 - 4.4 Caracterização das relações com entidades (SESI, SENAI, etc)
 - 4.5 Caracterização das relações com a sociedade

5. REGIONALIZAÇÃO E PAPEL DA SETUR-MG
 - 5.1 Visão da regionalização (nível estadual)?
 - 5.2 Períodos nos quais a associação teve maior e menor apoio da SETUR-MG
 - 5.3 Participação da SETUR-MG em reuniões do CT

- 5.4 Promoção de encontro de presidentes e gestores pela SETUR-MG
- 5.5 Há Fóruns Estaduais dos Circuitos
- 5.6 Sobre a Federação dos Circuitos de MG- FECITUR
- 5.7 Documentos para certificação e dificuldades

6. VISIBILIDADE E DIVULGAÇÃO

- 6.1 Materiais de divulgação (CD, Folders, etc)
- 6.2 Formas alternativas e gratuitas de divulgação do CT (Site, blog ou outros)
- 6.3 Calendário anual de eventos das cidades do CT ou ações conjuntas
- 6.4 Roteiros turísticos que unam municípios (ex. Roteiro Lago de Furnas)
- 6.5 Apoio da imprensa regional
- 6.6 Parcerias para divulgação do CT

7. QUESTÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

- 7.1 Mensalidades para manutenção e multas
- 7.2 Repasses de recursos estaduais e federais
- 7.3 ICMS- Turístico
- 7.4 Bens adquiridos

8. EXISTÊNCIA DE OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES, NÃO APRESENTADAS ANTERIORMENTE.